



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

O PAPEL DA FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO

- Uma avaliação dos efeitos da formação no currículo dos cursos tecnológicos e profissionais em duas escolas do Grande Porto -

Relatório de atividade profissional
apresentado à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre
em **Ciências da Educação** especialização em
Administração e Organização Escolar

Paula Cristina Gomes Dias Capelo Antunes

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

JANEIRO 2016



CATÓLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

O PAPEL DA FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO

- Uma avaliação dos efeitos da formação no currículo dos cursos tecnológicos e profissionais em duas escolas do Grande Porto -

Relatório de atividade profissional
apresentado à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre
em **Ciências da Educação** especialização em
Administração e Organização Escolar

Paula Cristina Gomes Dias Capelo Antunes

Sob a Orientação do Prof. Doutor **Carlos Alberto
Vilar Estêvão**



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA

DECLARAÇÃO DE HONRA

Entrega de dissertação ou relatório

Paula Cristina Gomes Dias Capelo Antunes, número 232414161 do II Ciclo de Estudos em Ciências da Educação - Administração e Organização Escolar, declara por sua honra que o trabalho apresentado é de sua exclusiva autoria, é original, e todas as fontes utilizadas estão devidamente citadas e referenciadas, que tem conhecimento das normas e regulamentos em vigor na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais e que tem consciência de que a prática voluntária de plágio, auto-plágio, cópia e permissão de cópia por outros constituem fraude académica.

Braga, 22 de janeiro de 2016

(assinatura)

Dedico à minha Foitinho!

"Uma boa organização é como uma caixa de lápis de cor. É preciso ter diferentes cores mas que todas encaixem na mesma caixa."

Barbara Corcoran,

AGRADECIMENTOS

Perante este longo caminho, quero agradecer ao Professor Carlos Estêvão pelo apoio e orientação na realização deste trabalho, e ainda, pelos incentivos em concretizá-lo.

Agradeço aos meus, pela energia durante todo este processo e que sem a sua companhia, seria mais difícil de materializar.

Deixo uma palavra de grande apreço e agradecimento à guerreira Isabel, amiga e colega de longa data, que me incentivou durante todo este percurso.

Agradeço aos meus pais o modelo que foram e são, para mim, de cidadania, de solidariedade, de grandeza pelo trabalho feito com paixão e de assertividade.

Por fim quero deixar uma palavra de apreço a todos os colegas que me proporcionaram desafios e a concretização de metas que me permitiram melhorar, quer a nível pessoal, quer a nível profissional. A todos os alunos que me proporcionam diariamente o sentido da minha vida profissional: Formar para serem Mulheres e Homens no futuro.

RESUMO

Tem-se assistido, em Portugal, a uma crescente valorização do ensino técnico e profissional – a escola está mais vocacionada para o mercado de trabalho e para a aquisição de conhecimentos e capacidades que nele possam ser utilizadas.

Os cursos científico-tecnológicos e profissionais proporcionam aos jovens uma dupla certificação: académica e profissional, permitindo a formação de técnicos qualificados em determinadas áreas da vida ativa. Estes cursos constituem uma modalidade do nível secundário de educação, caracterizada por uma forte ligação com o mundo profissional. Tendo em conta os interesses do aluno, a aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial local. Com este trabalho pretendem-se avaliar os efeitos da formação em contexto de trabalho (FCT) no currículo destes cursos, nomeadamente no perfil de saída do formando e na articulação entre as escolas e as empresas/instituições. Considera-se que a FCT permite colocar os formandos em situação real de trabalho, confrontando-os com as solicitações e desafios que a vida profissional lhes colocará num futuro próximo. De igual modo, possibilita às empresas/instituições colaborar na formação dos seus potenciais futuros colaboradores/funcionários, desenvolvendo caminhos formativos junto das escolas, ajustados à demanda do mundo de trabalho.

Assim sendo, procura-se refletir sobre a articulação entre as escolas e empresas/instituições, como peça-chave neste processo formativo. Neste sentido, os supervisores de ambas instituições devem orientar a sua ação para a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos formandos e para o aperfeiçoamento continuado dos processos formativos.

Neste contexto, procura-se aqui relatar caracterizar a formação em contexto de trabalho nos cursos supracitados, analisando a regulamentação de FCT, em sede de regulamento

interno das escolas, descrevendo ações e práticas, do Coordenador/Diretor de curso e do professor/orientador de FCT de duas escolas. As realidades destas escolas procuram aproximar-se das entidades empresariais/instituições, quebrando a distância entre a vida ativa e a educação/formação, distanciando-se das suas posições tradicionais de agente único. A partir destas práticas é possível descrever um conjunto de práticas assentes em objetivos comuns e as consequências para o modo de funcionamento de cada escola.

Palavras-chave: ensino profissional; formação em contexto, ensino técnico; ligação da escola à comunidade.

ABSTRACT

There has been, in Portugal, a growing appreciation of the technical and vocational education - the school is more geared towards labor market and knowledge and skills acquisition.

The Technological Specialization Courses and professional courses provide young people with a dual certification: academic and professional, allowing the training of qualified technicians in specific areas. These courses are a type of secondary education, designed with a strong connection to the labor market.

Taking into account the interests of the student, the learning of these courses enhance the development of skills for a specific job, in conjunction with the local business. This study aims to evaluate the effects of On-the-job-training (OJT) in the curriculum of these courses, particularly in the output profile of the learner and the articulation between schools and companies / institutions. It is considered that the OJT allows placing the students in real work situations, confronting them with the demands and challenges of labor market. Similarly, it enables companies / institutions to collaborate in the training of their potential future employees / staff, developing training paths in the schools, adjusted for the labor market demand.

Therefore, this study tries to reflect on the relationship between schools and companies / institutions, as a key part in this training process. In this regard, supervisors from both institutions should direct its action to promote personal and professional development of students and the continuous improvement of educational processes.

In this context, this study aims to report the On-the-job-training in the above mentioned courses, analyzing OJT regulation and the rules of procedure of schools, describing actions and practices of the Coordinator/Course Director and OJT teacher/adviser of two schools. The reality of these schools seeks to approach the business

entities/ institutions, breaking the distance between the working life and education/training, away from their traditional positions of single agent. From these methods, it is possible to describe a set of practices based on common goals and the consequences for the operating mode of each school.

Key words: initial vocational education and training (IVET); technical education; work-related training component; work context; school-community link.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	v
Resumo	vi
Abstract.....	viii
Introdução	12
Sumário Executivo	15
PARTE I – Enquadramento Teórico	19
1.1. As Escolas como organizações	19
1.2. Modelos organizacionais de escola	25
1.2.1. Burocrático Racional	25
1.2.2. Modelo cultural.....	30
1.2.3. Modelo político	32
1.3. A escola como Empresa	34
1.4. A formação em contexto de trabalho	35
1.4.1 A gestão da Formação em contexto de trabalho no currículo	38
1.4.2 A supervisão da FCT e o papel do supervisor	41
1.5. O ensino Profissional em portugal	43
1.6. A Ligação da escola profissional À comunidade	48
1.7. Identidade dos Cursos Tecnológicos	49
1.7.1 Enquadramento Legislativo.....	49
1.7.2 Organização e funcionamento dos cursos tecnológicos	51
1.7.3 A disciplina de projeto tecnológico no currículo	54
1.7.4 A relação escola-empresas no ensino tecnológico	58
PARTE II	60
A Escola Profissional de Gaia.....	60
1.1 Caraterização da Escola Profissional de Gaia.....	60
1.2 Curso Profissional de Contabilidade	65

1.2.1. Perfil profissional	65
1.2.2. Estrutura curricular do curso	68
1.3 Orientação de estágios - na Formação em Contexto de Trabalho: sua planificação	74
1.4 A Escola e a comunidade empresarial. O Percursos pós formação dos formandos.	76
B. Colégio xxx.....	79
1.1 Caracterização dos alunos do 10.º ano e candidatos ao ensino secundário	81
1.2 Contabilidade e gestão empresarial.....	85
1.3 formação em contexto de trabalho-planificação, organização e avaliação	88
1.3.1 Entidades responsáveis pela FCT-O Coordenador de curso e professor da disciplina de projeto tecnológico e estágio	91
1.4 O Gabinete de inserção da vida ativa. Acompanhamento dos alunos pós formação	94
PARTE III –Reflexão	102
1.1 Considerações Finais	107
Bibliografia	110
Anexos.....	114

INTRODUÇÃO

O ensino profissional e tecnológico tem como finalidade a formação de técnicos intermédios com dupla certificação, isto é, permite a obtenção de um diploma profissional e de um diploma académico de equivalência ao 12º ano, que possibilita o prosseguimento de estudos no ensino superior.

As escolas profissionais foram criadas em 1989, após publicação do Decreto-lei n.º 24/89, de 21 de janeiro, numa iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho, ficando sob a tutela do Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional (GETAP), com sede no Porto.

A formação profissional é considerada como uma atividade que contribui, partindo das competências adquiridas e de experiências vividas, para uma melhor adaptação e inclusão no mercado de trabalho. Isto está em sintonia com o artigo 9, alínea e) e f) da lei de bases do Sistema Educativo:

- “e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida ativa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;*
- f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho.”*

A organização modular destes cursos possibilita um envolvimento dos estudantes e da comunidade em geral, e o aperfeiçoamento das suas aprendizagens, proporcionando-lhes uma maior confiança e autonomia. Este sistema modular, vai incrementar nas escolas competências e ambientes pedagógicos alicerçados, autónomos, flexíveis e criativos (Orvalho, 2003). Partindo destes pressupostos, a oferta formativa

dos cursos ministrados pelas escolas profissionais constitui assim, uma mais-valia para os jovens e para a sua realização pessoal.

A outra realidade educativa de que aqui pretendo falar, um estabelecimento de ensino particular, integrou, durante alguns anos, na sua oferta formativa, os cursos gerais e os tecnológicos.

A reorganização curricular do ensino secundário aprovada pelo Decreto-lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, veio consagrar a existência de três componentes de formação comuns a todos os cursos do ensino secundário regular – componente geral, componente específica e componente técnica, tecnológica ou artística. Os cursos tecnológicos, permitem um percurso alternativo, de frequência do nível secundário, com o objetivo de ingressar no mercado de trabalho e/ou de prossecução de estudos. Estes cursos fazem parte da oferta formativa do colégio, possibilitando o alcance dos objetivos atrás referidos.

A aprendizagem em contexto real de trabalho é uma peça preponderante da formação dos alunos no ensino profissional e do ensino tecnológico.

Referenciando a perspetiva desenvolvimentista-contextualista de Vondracek, Lerner e Schulenberg e a teoria construtivista da adaptabilidade da carreira de Mark Savickas que sustentam que a experiência de trabalho pode exercer impacto no desenvolvimento vocacional dos jovens, o papel do trabalho e da carreira profissional tem vindo a ganhar importância no currículo dos cursos.

Para os alunos do ensino secundário, a concretização de um estágio implica a aplicação de saberes e competências numa realidade profissional. O contacto de situações de contexto de trabalho no currículo dos cursos, determina a medição dos seus efeitos na formação do aluno e na gestão de todo o processo de acompanhamento. O planeamento do estágio, a sua supervisão, a autonomia, a diversidade de tarefas e de oportunidades de

aprendizagens experienciados pelos estudantes são fatores que poderão servir de base para orientação do estágio. Importa, assim valorizar a articulação de esforços de todos os agentes implicados no processo de formação dos estudantes (os professores orientadores de estágio, os supervisores das entidades acolhedoras, ou até os colegas), tendo em vista o desenvolvimento da adaptabilidade de carreira e a manutenção da qualidade das experiências de estágio, de modo a facilitar a transição do aluno para o mundo do trabalho.

Este trabalho irá conter três partes fundamentais. Na primeira delas far-se-á um enquadramento teórico sobre as realidades abordadas e os modelos que serão objeto de estudo, em concreto aqueles que melhor servem a relação que a Escola pode estabelecer com o meio e o mercado de trabalho. Observar-se-á a escola como uma empresa e o enquadramento da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) neste contexto. Abordar-se-á a inclusão da FCT no ensino profissional (EP) e no ensino tecnológico (ET). Na segunda parte far-se-á a caracterização das realidades que vão ser o objeto de estudo deste trabalho, realidades essas onde opera o FCT designadamente uma escola profissional e um colégio privado com ensino tecnológico. Na parte final, denominada “Reflexões” retirar-se-ão conclusões sobre a pertinência do FCT nestes dois sistemas de ensino.

As realidades que servirão de modelo à observação e estudo do FCT serão, para o ensino profissional, uma escola profissional privada, designadamente a Escola Profissional de Gaia (EPG); e, para o ensino tecnológico, um colégio católico privado pertencente à diocese do Porto, o Colégio XXX (CXX).

SUMÁRIO EXECUTIVO

Tendo nascido numa família que, ao mesmo tempo, estava ligada à educação e ao ramo empresarial, posso afirmar que desde muito cedo, acompanhei os acontecimentos ligados quer a um, quer a outro mundo. Assim, com naturalidade, acabei por optar no meu secundário, pela formação na área Socioeconómica. Após conclusão dos meus estudos do ensino superior em Gestão de Empresas, procurei ingressar no mundo de trabalho exercendo o cargo de gestora num grupo de empresarial.

Em 1997, convidaram-me para dar formação na minha área, num curso para adultos em regime pós laboral e aulas de Gestão de empresas no curso Técnico Profissional de Contabilidade. Este desafio mudou e estimulou definitivamente a minha visão da profissão que ambicionava para o futuro e foi determinante para a minha decisão de desistir da área das empresas e reintegrar-me na área educacional. Nessa época tive a oportunidade de conhecer e compreender a matriz da avaliação modular dos cursos profissionais, acompanhando projetos ligados à área empresarial simulada com os alunos, orientando Provas de Aptidão Profissional da área dos cursos de Contabilidade e Gestão. Apesar de não estar regulamentada e integrada, nessa altura, os alunos eram incentivados a procurar um estágio, no âmbito da aplicação dos conhecimentos ministrados em contexto real de trabalho e no desenvolvimento práticos dos temas das Provas de Aptidão Profissional (P.A.P). Surgiram projetos escolares como o “Porto Sentido”, empresa simulada que se dedicava à “comercialização” de vinhos do Porto e que lidava com outras empresas-escola da Europa. Com a ligação ao mundo de trabalho, dinamizado pelo UNIVA-Unidade de Inserção da Vida Ativa, a escola acabou por criar uma plataforma de contexto real de trabalho e mesmo de colocação de alunos, no pós-secundário para trabalhar nas empresas/instituições.

Em 1998 ingressei no Colégio de Gaia para dar aulas, na altura, nos cursos secundários com planos próprios de Marketing e de Contabilidade e Gestão Empresarial. Começou um caminho em duas instituições que têm projetos curriculares próprios mas com a dupla certificação dos cursos em ambas.

O projeto “Porto Sentido” potencializou o meu pensamento que uma escola deveria ser um espaço aberto à comunidade. Tornou-se para mim evidente que os alunos aprendem muitos outros conceitos importantes para a sua formação, quer técnicos quer de cidadania, através de atividades com ligação à comunidade. Todo o trabalho desenvolvido acabou por ser a raiz do projeto Comenius que desenvolvi com mais quatro escolas da União Europeia. Este projeto acabou por ser uma experiência de partilha de conhecimento e de experiências de práticas formativas.

Paralelamente, nas duas instituições acabei por exercer cargos pedagógicos, podendo contribuir, por exemplo, para a formulação das matrizes dos cursos do Colégio de Gaia, no âmbito da sua autonomia pedagógica. Foi uma época que me permitiu enriquecer enquanto profissional, pois acabei por fazer a profissionalização em serviço Docente na Escola Superior de Educação do Porto, colaborar em diversos projetos de formação de professores e na criação dos programas dos cursos profissionais em Angola. Integrei a equipa de formadores que elaboraram os manuais das disciplinas técnicas dos cursos técnico profissionais de Angola, nomeadamente o estágio curricular. Fruto desse trabalho, pude refletir sobre as mais-valias da Formação em Contexto de Trabalho, no que diz respeito à sua regulamentação legal e os seus instrumentos de avaliação.

Mais tarde, concluí a pós-graduação em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, ministrada na Escola Superior de Educação Paula Frassinetti. Esta formação permitiu-me desenvolver e aprofundar as minhas competências pedagógicas e de utilização de novas ferramentas nas minhas práticas educativas. Nessa altura, pude aplicar estes

conceitos no desenvolvimento de plataformas online como o “Moodle” em contexto de sala de aula e de novas práticas formativas. Esta formação favoreceu o meu aperfeiçoamento profissional ao nível dos aspetos relacionados com a avaliação formal, com a forma de questionamento e com as técnicas de elaboração dos instrumentos de avaliação da aprendizagem formal.

Exercendo a minha profissão, em regime de colaboração, na Escola Profissional acabei por ser formadora nos Curso de Especialização Tecnológica (CET) e exerci e/ou exerço as seguintes funções: Orientadora Educativa, Coordenadora do Curso Profissional de Contabilidade nível IV, Orientadora e júri de Provas de Aptidão Profissional. A par destas funções, coordenei a formação em contexto de trabalho do curso, entretanto parte integrante da matriz curricular. A matriz curricular para os Cursos Profissionais, de acordo com o Decreto – Lei nº 74/2004, de 26 de Março e Portaria 550-C/2004, de 21 de Maio, passou a integrar uma disciplina, no Plano de Estudos dos cursos referidos, designado por Formação em Contexto de Trabalho (FCT).

No Colégio, desde muito cedo, fui Diretora de turma, integrei a comissão de horários e assumi mais tarde a coordenação de curso de Administração e Marketing. O Colégio ministra cursos de nível secundário, com planos de estudos próprios em regime de autonomia pedagógica, nos termos do n.º 1 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro. Desde a revisão da portaria nº 960/2009, prevê no artigo 9:

“Os programas das disciplinas da formação tecnológica poderão contemplar experiências de trabalho e de aproximação à vida ativa, a decorrer nomeadamente nos períodos de interrupção das atividades letivas, e devem permitir atualizações constantes, de acordo com os avanços tecnológicos e científicos das diferentes áreas.”

A matriz curricular dos cursos tecnológicos, já apresenta a disciplina de Projeto Tecnológico e Estágio, da qual fui responsável durante muitos anos. Com a publicação da portaria nº 262/2013, os cursos passaram a denominar-se Científico Tecnológicos e a sua componente de formação tecnológica, que visa a aquisição e o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e capacidades e integra formas específicas de concretização da aprendizagem em contexto de trabalho. Pude entretanto, em coautoria, escrever manuais das disciplinas da formação técnica numa colaboração com a Porto Editora, parceria que ainda hoje prevalece.

É neste quadro em que na primeira pessoa, desde sempre que me preocupei em ser parte integrante de projetos, quer liderados por mim quer em colaboração com outros agentes das escolas em que trabalho. Compreendi, desde cedo, que ser professor implicar ser um ator dinâmico, também em constantes aprendizagens. Procurei sentir-me nesta profissão como um agente em permanente correlação com os diferentes contextos que envolvem o conceito escola, quer no que concerne à produção de programas escolares e manuais, quer na dinamização de projetos que movimentam alunos e outros professores. Assim, a partir da práxis que sempre acompanhou a componente letiva da minha profissão, compreendi que também na formação integral de alunos do ensino profissional é imprescindível a componente de Formação em Contexto Trabalho que, como o próprio nome indica, coloca o aluno em situação real de aprendizagens teóricas.

É neste quadro de constante formação e colaboração que me motivou a caminhar....

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

«A escola pode compreender-se como uma organização plural, ou um mundo de mundos».

(Estêvão, 2011: 207)

1.1. AS ESCOLAS COMO ORGANIZAÇÕES

O processo de ensino-aprendizagem está intimamente ligado ao modo como se processa a organização e o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, e às interações que aí ocorrem entre os atores que constituem a comunidade educativa, quer a escola seja pública ou privada.

Nas sociedades contemporâneas, quase toda a nossa vida desenvolve-se no seio de organizações de variados tipos. De facto, nas vidas quotidianas, a humanidade tem assistido a um notável aumento, em número, tamanho e complexidade, destas estruturas organizacionais como resultado das rápidas transformações do mundo atual, e as Organizações Educativas não deixam de ser também o reflexo dessas mesmas transformações.

É neste contexto que: “compreender a escola como organização educativa especializada exige a consideração da sua historicidade enquanto unidade social artificialmente construída e das suas especificidades em termos de políticas e objetos educacionais, de tecnologias pedagógicas e de processos didáticos, de estruturas de controlo e de coordenação do trabalho discente, etc.” (Lima, 2011: 15).

As escolas, enquanto elementos integrantes dos sistemas educativos, são organizações peculiares que, no cumprimento da sua missão e funções essenciais, tendem, em regra, a transformar-se em instituições, cuja administração se processa num quadro em que as funções de planeamento, organização, direção, execução e controlo do cumprimento

dos seus fins são exercidas de forma integrada e sistemática, tendo em vista a eficiência e a eficácia na prestação do serviço educativo e, por consequência, a busca da excelência da educação, aferida em função da missão e das funções específicas da educação escolar.

No cumprimento da sua função de educar, concorrem para a realização da obra educativa à escala geral da sociedade (sistema educativo) com os quais interage e se relaciona de forma dinâmica com o meio ambiente, designadamente com o meio social.

Efetivamente, só podemos compreender corretamente o lugar e o papel da escola, assim como os fatores condicionantes do cumprimento da sua missão, se situarmos a mesma no quadro do sistema educativo, em que se integra especificamente, e em relação com o sistema social, que o envolve e o influencia de forma decisiva.

O conhecimento educativo/pedagógico permite analisar a ação educativa em contextos ou situações diferenciadas, configurando o saber profissional do educador, de modo a que a sua ação seja guiada por um saber racional para conseguir a intencionalidade educativa.

A verdade é que o conhecimento pedagógico está limitado na sua possibilidade de concretização, já que o saber praxiológico constrói normas (racionalidades), a partir das finalidades, dos meios, das estratégias e da avaliação do desenvolvimento educativo, o que inclui por um lado, o conhecimento relacionado com os fins e objetivos da educação, o qual implica um conhecimento sobre a natureza humana nas suas dimensões e potencialidades (biológicas, psicológicas e sociais) e a fundamentação ético-moral (axiológica) e, por outro lado o conhecimento dos fatores e das condições da ação educativa.

Esta complexidade, existente no conhecimento pedagógico, é o resultado da integração dos saberes de índole formal (verificável, contrastável), de índole factual e de

índole filosófico (reflexivo) e que configura a própria Pedagogia, como área científica das Ciências da Educação.

Assim sendo, encara-se aqui a educação na aceção que se deve considerar mais apropriada, ou seja, como um processo através do qual os indivíduos acedem ao conhecimento e ao saber, desenvolvem aptidões e competências para a vida, não se limitando por conseguinte à função do ensino.

Efetivamente, no ensino, propugna-se organizar as atividades didáticas de modo a ajudar os alunos a compreender áreas específicas do conhecimento (ciências, história, matemáticas, etc.) ou, dito de outro modo, a aprender conhecimentos. Porém, na educação, propugna-se ir além disso, ajudando os indivíduos a integrar ensino e vida, conhecimento e valores, reflexão e ação, de modo a que tenham uma visão holística e de totalidade, conciliando objetivos de aprendizagem e competências para a vida ativa.

Parte-se assim do pressuposto de que o ensino leva à aprendizagem condição essencial para que se possa verificar um verdadeiro ato pedagógico, ou ato de educar;

No entender de Paulo Freire:

“[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam “argumentos da autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1974:97).

Entende-se assim o sentido de uma educação ministrada com solidariedade e equidade social. Entende-se a “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire. Consegue-se assim compreender a função social da escola, o Grande Destino que a sua missão lhe

confere, na transformação do mundo, na formação de uma sociedade mais igualitária, mais humana, menos injusta, no entanto, nem sempre é pacífico que todo o ensino leve à aprendizagem.

Considerando que um dos grandes objetivos é assegurar que as organizações no seu conjunto se articulem bem com os seus meios, também as escolas como organizações educativas e com uma gestão estratégica, podem ganhar com a gestão de recursos, uma vez que elas são igualmente afetadas por um conjunto de fatores ambientais, que são incontroláveis, tão importantes como: A legislação, as mudanças de condições e políticas de trabalho, os desafios que a própria autonomia pode despoletar em termos de uma certa competição entre escolas, as limitações de ordem económica, os fatores socioculturais (que incluem os símbolos de status, as orientações religiosas, os valores e atitudes da sociedade), o nível de desenvolvimento tecnológico, as ideologias, as especificidades culturais e atitudes políticas face à educação, a responsabilidade social, que não se restringe à atuação de um determinado segmento da sociedade.

A escola ao ser construída com uma diversidade de elementos e condicionantes político-culturais, é “...socialmente construída por uma multiplicidade de atores, com formação, percursos e perspetivas educativas diferentes, que o trabalho da organização ao visar a educação dos adolescentes e jovens, torna singulares os processos e produtos, que os dirigentes e os professores têm o mesmo tipo de formação profissional e o mesmo estatuto, o que torna mais complexo o exercício do poder, que os objetivos da organização são percebidos, valorizados e avaliados diferentemente pelos atores que interagem no espaço escolar” (Bush,1986:5-6).

É sabido que a estrutura do sistema escolar português tem favorecido um comportamento estável, uniforme e homogéneo, de acordo com a norma, de certo modo contrária à dinâmica da inovação e a mudanças educativas que é apresentada como ligada à

variedade, à heterogeneidade, à flexibilidade, não podendo, no entanto, deixar de frisar o impacto da ideologia neoliberal que tem sido uma constante no que respeita às organizações educativas do País, sejam elas visíveis ou implícitas, tendo a ver com o desinvestimento ou mesmo demissão do Estado em relação à sua responsabilidade em algumas áreas específicas da educação.

No caso concreto das escolas privadas, pelo seu posicionamento institucional, por características estruturais específicas, por uma menor fragmentação do seu meio externo, por maior autonomia nas decisões financeiras e mesmo pedagógicas, entre outras dimensões, parece apresentar algumas vantagens relativas face às escolas públicas para enfrentar os desafios futuros, para além de ser reconhecido que elas têm objetivamente mais oportunidades para experimentar a inovação interna.

As práticas de gestão com o controlo de recursos e a eficiências das empresas estiveram na raiz da conceção das teorias organizacionais.

Pode acontecer que o princípio da racionalidade empresarial esteja patente em muitas conceções sobre as organizações educativas. Nóvoa (1992:16) manifesta-se contra “a cultura da racionalidade empresarial”, quando transportada para as escolas, que são “instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como uma qualquer fábrica ou oficina: a educação não tolera a simplificação do humano (das suas experiências, relações e valores)”.

A simples transposição dos elementos da gestão científica de Taylor para as organizações educativas, valorizando-se os objetivos operacionais da eficiência e da eficácia, dos recursos financeiros, da standardização e do controlo das operações é prática corrente. Contudo, a escola possui características específicas e muito próprias que se podem opor à lógica e pressupostos utilizados nas empresas comerciais e industriais. A este propósito, Whitaker (2000) apresenta a seguinte opinião: “No mundo da gestão fora do

âmbito educacional, a tendência mais comum é considerar as escolas como organizações especializadas com exíguas necessidades ao nível da gestão e encará-las como isentas das exigências dos clientes...Embora existam algumas diferenças significativas entre escolas e empresas, não são ainda suficientes para que sejam encaradas como não organizações (p.101)”.

Santos, citado por Gairín (Santos, 1995, in Gairín 2000: 45, 46) salienta a necessidade de aprender:

“uma organização que educa deve assentar nos seguintes pilares: a racionalidade, como a disposição lógica dos elementos da organização; a flexibilidade, como a capacidade de adaptar-se às necessidades; a permeabilidade ou abertura em relação ao espaço exterior e a colegialidade para fazer frente ao individualismo, criado pela fragmentação de espaços, horários e mecanismos de colaboração.”

Importa refletir sobre o que dela devemos e podemos esperar nos tempos atuais e futuros, enquanto organização que deve certificar a adaptação e inovação necessárias ao processo educativo. O desenvolvimento de teorias organizacionais, isto é, de diferentes modelos de análise das escolas como organizações constitui um contributo importante para essa reflexão. Neste contexto reflexivo, serão enquadradas as escolas em análise como espaços da minha experiência profissional. Estas são organizações privadas nas quais podem coexistir diversas formas de planear, organizar os recursos e instrumentos comunicativos e avaliativos muito próprios. Assim poderão coexistir diversos modelos numa só organização. Segundo Estêvão (2004:52) aborda-se esta coexistência de vários mundos quando:

“(...) entender a escola como organização fractalizada e multidiscursiva – procurando deste modo realçar um certo grau de irregularidade ou

descontinuidade internas advindas das várias lógicas de acção – e simultaneamente como organização institucionalizada – pretendendo sobretudo sublinhar as pressões institucionais externas (do Estado, do mercado, entre outros meios) que condicionam a ordem interna das escolas.”

Carlos Estêvão (1998: 177) considera os seguintes modelos organizacionais com maior aplicabilidade às organizações educativas privadas: modelo burocrático racional, político, comunitário, da ambiguidade e institucional, e ainda as imagens de *mercado* e de *clã*. Através dos diferentes modelos, pretendo refletir sobre os processos organizacionais das escolas e a sua realidade como escola-organização nos atuais contextos educativos. Posteriormente, procurarei enquadrar a mesma realidade numa imagem de escola-empresa, enquadrada na tipologia de Costa (1996).

1.2. MODELOS ORGANIZACIONAIS DE ESCOLA

1.2.1. BUROCRÁTICO RACIONAL

O modelo burocrático racional pretende mostrar que o mesmo apresenta dimensões que possibilitam a compreensão de alguns aspetos relacionados com a estruturação e funcionamento das organizações, em geral, e das educativas, em particular, baseando-se no modelo ideal de burocracia defendido por M. Weber. Este modelo é apresentado como tendo um conjunto de características, onde se destaca a centralização da estrutura de autoridade em diferentes cadeias formais, entre os diferentes níveis hierárquicos; a orientação por metas, incluindo o exercício profissionalizado de funções.

A ausência destas características determina a definição de uma organização mais ou menos burocrática, entendendo-se aqui a organização como uma estrutura de órgãos e funções ou como uma estrutura social formalmente organizada. Verifica-se assim, que este

modelo se considera insuficiente quando as organizações tendem a confrontar-se com situações de grande dependência política e administrativa de autoridades externas à escola. Ainda na comparação das organizações educativas públicas das privadas, estas (privadas) tendem, na sua organização formal e informal, a exibir as características que levam a aproximar-se do modelo de M.Weber. que apresenta os seguintes pressupostos:

“...de as organizações existirem primacialmente para prosseguirem metas pré-estabelecidas; de elas possuírem uma estrutura adequada às metas, ao meio, à tecnologia e aos participantes; de a eficiência organizacional ser tanto maior quanto maior for o constrangimento das organizações por normas de racionalidade; de a especialização permitir altos níveis de perícia individual e performance; de a coordenação e controlo serem mais facilmente realizados através do exercício da autoridade e das regras impessoais” (Estêvão, 1998: 179).

Segundo este modelo, a organização escolar corresponde a uma estrutura social formalmente organizada, comandada pela sua direção, na qual os membros são desvalorizados. Por isso: “o modelo burocrático, quando aplicado ao estudo da escola, acentua a importância das normas abstratas e das estruturas formais, os processos de planeamento e de tomada de decisões, a consistência dos objetivos e das tecnologias, a estabilidade, o consenso e o carácter das acções organizacionais” (Lima,1998:73).

Assim tudo é decidido em termos centrais, o trabalho formal exercido com formalismo inerente ao desempenho dos cargos hierárquicos. A racionalidade burocrática em contextos organizacionais escolares cria dificuldades na elaboração de políticas pedagógicas e decisórios. Se esta realidade for estritamente aplicada, promove as rotinas e burocracias e garante uma ordem pré-estabelecida. O que, perante a mudança, criatividade, inovação e conflito por parte dos atores escolares:

“as organizações educativas detém um conjunto único de objectivos claros que orientam o seu funcionamento: que esses objectivos ou metas são traduzidos pelos níveis hierárquicos superiores da burocracia em critérios racionais de execução para os professores e outros actores; que os processos de decisão se desenrolam segundo o modelo racional de resolução de problemas; que o controlo formal, assente em regras, determina a priori a conduta exigida; que o sistema é fundamentalmente um sistema fechado em que se estabelece claramente a diferença em a “política” e a “administração” (Estêvão,1998:180).

As escolas, em análise, de propriedade privada são tuteladas pelo ministério de Educação. No caso do Colégio de XXX beneficia da autonomia pedagógica na criação e funcionamentos dos seus cursos científico-tecnológicos, antes denominados de cursos com planos próprios. Contudo, essa autonomia é relativizada quando se aborda a organização dos cursos. Assim, esta organização curricular apresenta: uma componente de formação geral - igual à dos cursos científico-humanístico; uma componente de formação científica - constituída por disciplinas das componentes de formação específica dos cursos científico-humanísticos, com os mesmos programas e cargas horárias, de modo a garantir uma sólida formação de base e a possibilidade de realização de exames nacionais para acesso ao ensino superior na área de formação de cada curso, incluindo no mínimo uma disciplina trienal e uma disciplina bienal e ainda uma componente de formação tecnológica - em todos os cursos de natureza profissionalizante esta é reforçada com a integração da componente de Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e uma Prova de Aptidão Tecnológica (PAT). Regista-se que os Programas das disciplinas da componente de formação tecnológica são elaborados pelo estabelecimento de ensino e por este propostos à Direção-Geral da Educação (DGE) para apreciação pedagógica e aprovação, mediante

parecer da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.). Para além disso, está sujeita a inspeções pelos organismos próprios tutelados pelo Ministério da Educação. Na Escola Profissional, toda a atividade pedagógica rege-se no normativo Portaria n.º74-A/2013. Os cursos ministrados em ambas as escolas, são financiadas pelo POCH (Programa Operacional Capital Humano). As regras de financiamento definidas pelas entidades externas obedecem a uma lógica interpretativa muito diferente das necessidades pedagógicas mais eficazes para a escola. A burocracia que está patente nestas organizações, que pretende a eficiência máxima de uma gestão racional, não concebe, por exemplo, a concessão de subsídios de alimentação a alunos estrangeiros que estão matriculados.

O funcionamento interno das escolas é fundamentado pela regulamentação e aprovação prévia dos meios e processos pedagógicos e seus formalismos. O órgão do conselho Pedagógico das duas escolas é responsável pela aprovação dos regulamentos internos e administrativo, o regulamento da PAP/PAT; o projeto educativo, os critérios de avaliação gerais e por disciplina; do plano anual de atividades por curso e por grupo disciplinar e aprovação dos trabalhos integrantes das provas de aptidão profissional, no caso da Escola Profissional e das provas de aptidão tecnológica, do Colégio XXX.

Outras “contingências burocráticas” estão patentes na realidade do sistema de funcionamento das duas escolas. Destaco a qualificação profissional dos docentes para lecionarem as disciplinas da formação geral e científica. No caso do colégio, a regulamentação da prova de aptidão tecnológica determina que o diretor de turma seja elemento integrante do júri da apresentação e avaliação da prova (Despacho normativo n.º 1/2015). Sendo o âmbito da prova: “na apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final de

realização e apreciação crítica, demonstrativo de conhecimentos e capacidades profissionais adquiridos ao longo da formação e estruturantes do futuro profissional do aluno”. O cargo de diretor de turma pode ser assumido por um docente que não seja da formação tecnológica. Este docente terá de estar presente como júri das provas de avaliação tecnológica dos alunos da sua direção de turma, avaliando conteúdos que podem não ser parte integrante da sua formação académica.

No despacho normativo nº1/2015, artigo 10º define a orientação e acompanhamento da prova de aptidão tecnológica que refere: “os professores orientadores e acompanhantes do projeto conducente à PAT são designados pelo órgão competente de direção ou gestão da escola de entre os professores que lecionam as disciplinas da componente de formação técnica”. O mesmo se verifica na Escola Profissional, no cumprimento do artigo 18 da Portaria 74-A/2013. Esta norma, ao ser cumprida, impede que os docentes da formação geral, ou sociocultural, e científica sejam orientadores das PAT/PAP.

Em termos de centralização da estrutura de autoridade na gestão da FCT a mesma surge, na EPG, distribuída em dois polos, por um lado existe a hierarquia dentro do próprio curso/ turma, em que a figura mais diretamente envolvida com o terreno é o Orientador Educativo, que assume o papel de Professor Acompanhante de FCT e é responsável quer pelo estabelecimento da ligação formal à empresa, quer pela supervisão e comunicação, quer pela avaliação. Além desta figura existe também a do Diretor de Curso, cuja função é meramente representativa e a Direção da Escola, único responsável da instituição que assina o protocolo de colaboração. Num outro polo desta relação, no âmbito da empresa, existe o Monitor Responsável da Entidade Enquadradora, o qual está incumbido de estabelecer um plano de formação do formando e acompanhar a mesma, fazer o seu registo de assiduidade e proceder à sua avaliação mensal e final.

1.2.2. MODELO CULTURAL

A cultura apresenta-se como elemento altamente relevante na compreensão da vida das organizações. Este fator é relevante e manifesta-se nas reações dos elementos integrantes das organizações escolares, quando se assiste a uma mudança de novas realidades, novas tecnologias e mudanças impostas pelo conjunto de indivíduos, em que se orientam as suas ações. Os dados culturais conferem um sistema ideológico para defenderem essas crenças e valores nas suas ações dentro da organização escolar. Estas tornam-se parte integrante do grupo, ou mesmo da comunidade. Essa cultura pode ser integradora, diferenciadora ou fragmentadora. Havendo uma racionalidade cultural numa organização escolar, será uma característica homogênea, na qual todos os elementos da organização se revêem e aqui estamos a falar de uma cultura integradora. A diferenciadora tem em conta as subculturas dos atores escolares, assim esta tem em consideração uma cultura diferenciadora e representativa dos interesses particulares dos elementos da organização. Por seu lado, a fragmentadora tende a ser mais isolacionista, menos coerente com os objetivos gerais do sistema de ensino.

A escola é “um espaço social em construção permanente, num processo instável de construção de compromissos locais que combinam lógicas e justiça não coincidentes ou até mesmo contraditórias”(Estêvão,2011:220).

Assim a cultura pode ser entendida segundo uma perspetiva integradora, diferenciadora ou fragmentada. Para a eficácia das culturas organizacionais das duas escolas que são o objeto de estudo será necessário que ambas utilizem as expressões qualidade e excelência e as enraizassem nas suas práticas correntes, reforçando a partilha de valores, símbolos, rituais e formas de comunicação, pode afirmar-se como uma cultura forte, uma enorme coesão promovendo o sucesso da mesma (Costa, 1996: 40).

A expressão cultural das minhas instituições de ensino vincula-se em práticas e estilos de liderança. A organização da escola profissional prende-se por uma estrutura de cultura integradora de novos elementos, apresentando-se com uma linguagem própria descrevendo uma história ou identidade de 25 anos. Assim, é muito comum a apresentação da Escola e sua história, na primeira reunião geral dos formadores do início do ano letivo. O plano anual de atividades da Escola ilustra também a organização de atividades escolares/eventos que têm um fundamento pedagógico, mas também integradora de novos elementos. O conselho de direção, ao permitir a realização da sessão de acolhimento de novos alunos, com atividades organizadas pelos alunos mais velhos, permite a vinculação e crença dos novos membros da comunidade educativa.

Na EPG podem surgir outras formas de culturas que podem transformar-se subculturas organizacionais, simbólicas e que são divergentes da cultura organizacional dominante. O funcionamento da escola resulta do recrutamento de formadores externos, o que não os vincula à instituição. O colégio apresenta-se com um estilo de liderança ligado à diocese do Porto. Fazendo parte integrante da instituição há cerca de vinte anos, pude acompanhar a gestão de diferentes diretores. Com esta direção assiste-se à rutura com o passado a todos os níveis organizativos, provocando o choque de subculturas originárias da gestão do passado. A mudança do logotipo da instituição e a introdução de novas práticas de gestão, como o registo biométrico dos funcionários, novo projeto educativo são alguns dos exemplos.

1.2.3. MODELO POLÍTICO

Relativamente ao modelo político, pretende-se considerar que a atividade política é uma dimensão essencial das organizações, a par do reconhecimento de que a autoridade formal é apenas uma das fontes de poder e, de que os conflitos são normais e se constituem em fatores significantes da promoção de mudanças.

Neste enquadramento as organizações são definidas fundamentalmente como sistemas políticos, segundo J. March (1991), que albergam uma grande variedade complexa de indivíduos e grupos. Aplicado ainda às organizações educativas, o modelo político realça-as como construções sociais, como arenas de luta e liberdade. (Bush, 1986).

Já J. Baldrige (1971) entende que a aplicação deste modelo no contexto educativo de análise às universidades define-as como sistemas políticos em “miniatura” ou configurações de grupos sociais com estilos de vida e interesses políticos diferentes; porém S. Ball (1987) considera que as escolas são espaços de disputa ideológica, lugares onde confluem influências interpessoais. A realidade escolar é constituída por uma multiplicidade de indivíduos que possuem objetivos próprios distintos e influências variadas e posicionamentos distintos. A vida escolar é muitas vezes conduzida pela conflitualidade de interesses e uma luta pelo poder e capacidade de influência dentro da hierarquia. Todo o processo passa pelo “jogo político” (Estêvão, 1998).

A luta pelo poder, conflito, luta de interesses, negociação, são relevantes na análise das organizações educativas. Nestas surgem uma pluralidade de interesses fraturados pelos conflitos patentes (Baldrige, 1971: 26 e 107). Estes, bem como a sua “resolução” resultam nesse jogo político. Assim Costa refere que:

“As organizações, concebidas como miniaturas dos sistemas políticos globais, são percecionadas, à semelhança destes, como realidades sociais complexas onde os atores, situados no centro das contendas e em função de

interesses individuais ou grupais, estabelecem estratégias, mobilizam poderes e influências, desencadeiam situações de conflito, de coligação e de negociação tendo em conta a consecução dos seus objetivos “(Costa, 1996: 78).

Este clima de arena política pode-se verificar no colégio XXX e mesma na EPG. Quando assisto a reuniões de grupo disciplinares e verifico que existem posições divergentes e a negociação passa pela implementação de estratégia de “silêncio”, quando se projeta consequências piores, se optasse por uma conflitualidade latente.

A negociação pode surgir mesmo na coligação de agentes educativos diferentes em prole do interesse comum. Verifica-se assim uma “coligação”. A participação em reuniões, promovidas pela Câmara Municipal sobre a oferta educativa do concelho, permite a organização de grupos de interesses comum mesmo com outras escolas.

1.3. A ESCOLA COMO EMPRESA

Na análise e gestão escolar recorre-se ao conceito de escola-empresa. Segundo Costa (1996, p. 31), corresponde à aplicação dos princípios da teoria da administração científica de Taylor e Fayol. O Taylorismo pretende rentabilizar de forma mais eficaz os recursos de que dispõe. O objetivo, na escola, é proporcionar as ferramentas e outros recursos, para que a formação dos seus estudantes seja a melhor e a mais eficaz. A disposição desses recursos requer a planificação ao pormenor das estratégias de ensino e com objetivos e metas curriculares precisas e operacionais. De acordo com Costa (1996: 25), a escola, vista como pressupostos economicistas, permite uma visão em que o aluno é matéria-prima a ser moldável. Na sua perspetiva, “conceber a escola como empresa significa atribuir-lhe um conjunto de características que tiveram a sua origem em conceções e práticas utilizadas na área da produção industrial.”

Gómez e Jiménez, referidos por Costa (1996, p. 31), afirmam mesmo que “... o centro educativo pode ser entendido como uma empresa...” Autores como Planchard e Bottery, citados por Costa (1996), defenderam igualmente uma solução Taylorista nas instituições educativas. Na perspetiva de Bottery (cf. Costa, 1996, p. 33), “tem que haver uma hierarquia clara, tanto directores como professores com responsabilidades directivas são gestores industriais, os professores são trabalhadores e os alunos são matérias-primas a serem processadas... esta linha de produção tem que ser implementada em termos de padrões educacionais”. Assim, perante o conceito de escola entendida como empresa, Lima equaciona (1992:48-57) que aqueles defendem este conceito, se alicerçam no facto de se tratar de um tipo de organização que requer a administração como modelo de gestão empresarial, bem como os que utilizam a semelhança da escola à fábrica “Taylorista”. Em que os alunos são a matéria-prima a ser transformada, graças às ferramentas como o currículo, o tempo e tecnologias padronizadas.

Este tipo de organização, enquadrada no sistema educativo português tem evidências quando se procura “avaliar” escolas pelos rankings, ou se assiste a características no funcionamento em ambas instituições onde leciono. Estas características prendem-se pela constituição das turmas, uniformidade de horários letivos e pela comunicação hierárquica existente na sua estrutura.

1.4. A FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO

Desde há algum tempo que existe a preocupação em incutir o diálogo entre escola-empresa, aproximando-se a formação do aluno à vida ativa. Esta ligação é indispensável no desenvolvimento das valências técnicas-profissionais do aluno e a sua adaptabilidade na carreira.

A componente de Formação Prática em Contexto de Trabalho (FCT), constitui um período muito importante na formação de todos os alunos, proporcionando-lhes a possibilidade de adquirirem formação e treino de competências para a intervenção no mundo do trabalho, tendo como principal objetivo desenvolver novas competências e consolidar as adquiridas em contexto de formação, através da realização de atividades essenciais ao exercício profissional, bem como facilitar a futura (re) inserção profissional.

A formação em contexto de trabalho permite às escolas a partilha da formação do aluno com outros agentes da nossa sociedade, proporcionando experiências profissionais e técnicas em contexto real, que as escolas jamais poderiam proporcionar sozinhas. Se esta for realizada em uma empresa, também designada Entidade Enquadradora, tem como objetivo proporcionar aos formandos:

- O contacto com tecnologias e técnicas mais modernas e desenvolvidas, que se encontram, frequentemente, para além das situações simuláveis durante a formação;

- A aquisição de conhecimentos e competências inerentes a uma determinada qualificação profissional;
- A oportunidade de aplicação dos conhecimentos e competências adquiridos em contexto de formação a atividades concretas em contexto real de trabalho;
- O desenvolvimento de hábitos de trabalho, espírito empreendedor e sentido de responsabilidade profissional;
- As vivências inerentes às relações humanas no trabalho e de trabalho em equipa;
- O conhecimento da organização empresarial.

As Entidades Enquadradoras são espaços relevantes de aquisição de competências nos mais diversos domínios constituindo-se como uma mais-valia para o contexto de formação. Ao mesmo tempo, permitem vivenciar uma experiência muito próxima da situação real de trabalho e são muitas vezes potenciais entidades empregadoras dos futuros profissionais qualificados, testemunhando as mais-valias da qualificação. Permite: a oportunidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos a atividades em contexto real de trabalho e vivências inerentes às relações humanas no trabalho; desenvolver de hábitos de trabalho, espírito empreendedor e sentido de responsabilidade profissional.

Assim sendo, essa experiência de trabalho pode assumir como uma atividade organizada pela escola, enquadrada no currículo de cada curso. A FCT pressupõe, assim, que o seu desenvolvimento se processe num quadro de interatividade e de complementaridade com as restantes componentes e contextos de formação.

Neste sentido, para além da consolidação das aprendizagens realizadas em contexto de formação, esta componente deve garantir, igualmente, a aquisição de novas

aprendizagens, traduzidas em resultados que concorram, de forma efetiva, para o cumprimento do perfil associado a cada saída profissional, não esquecendo porém as vertentes da ética, da justiça, da cidadania, da participação, da disciplina e autonomia, referidas por Estêvão, que se devem enquadrar neste mesmo contexto. Assim, no Capítulo V – “Justiça, Autonomia e Participação” do livro Estêvão (2004), este menciona que deve ser frequente pressupor-se que a escola num contexto de maior autonomia deve potenciar vivências mais profundas de justiça, cidadania e autonomia e, por isso, a tornar-se mais conforme ao projeto de escola cidadã e participativa, tendo em conta o conceito de ser um “lugar de vários mundos”. Neste entendimento a autonomia pode ser reivindicada apelando:

- Ao mundo industrial, em nome do máximo rendimento e da maior racionalização da gestão;
- Ao mundo cívico, tendo em vista a promoção da igualdade pela diversificação e das vertentes democrático/participativas e emancipadoras por ex: contra a lógica burocrática;
- Ao mundo doméstico, invocando a maior proximidade relacional dos atores escolares;
- Ao mundo mundial, pela imposição da relevância do local que a globalização da educação exige, pretendendo ser um contributo para uma outra forma de perspectivar a escola, a educação e a sociedade, de modo a que estas se tornem mais adequadas a cada um e conseqüentemente também mais justas.

Efetivamente a escola enquanto organização tem o direito e a obrigação de comprometer-se com a necessidade de buscar o sentido para as suas ações e interações, procurando modos de o fazer, implica que a autoridade no seio da escola deixe de ser encarada como um meio para manter a dominação ou que esteja apenas preocupada com

propósitos instrumentais de ensino, procurando antes definir-se de um ponto de vista emancipatório, fundamentando-se “numa teoria da ética baseada nos princípios da democracia, da solidariedade e da esperança” segundo (Giroux, 1993).

Trata-se de ir mais além dos parâmetros que norteiam a gestão empresarial ou mercantil, exigindo não apenas perícia técnica, mas também perícia pedagógica, colegialidade profissional e domínio de competências cooperativas, de emergir como um prática social incorporando uma dimensão ética e crítica, e instituir-se como uma verdadeira “especialidade educacional”, mais do que como uma “especialidade técnica”.

A formação em contexto de trabalho é parte integrante dos currículos dos cursos profissionais da EPG e dos cursos científico-tecnológicos do colégio XXX. As escolas precisam definir modalidades de relacionamento com as empresas/instituições de acordo com o perfil profissional de cada curso. Esta modalidade de relacionamento é regulada e estabelecida pela legislação em vigor, que é formalizada mediante um contrato estabelecido entre as partes (escolas e entidade acolhedora do estágio), definindo um plano de contexto real de trabalho, pretendo desenvolver conhecimentos e competências num determinado curso. Nos cursos profissionais e científico-tecnológicos a forma de funcionamento é regulamentada mediante um protocolo estabelecido entre as partes (escola e entidade acolhedora do estágio), um plano de trabalho descrevendo a duração e atividades previstas para o estágio.

1.4.1 A gestão da Formação em contexto de trabalho no currículo

O documento: “Competências-chave para a Aprendizagem ao Longo da Vida – Quadro de Referência Europeu” - Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, indica as competências para a aprendizagem ao longo da vida, a saber: “1) Comunicação na língua materna; 2) Comunicação em línguas estrangeiras; 3) Competência matemática e competências básicas em ciências e tecnologia;

4) Competência digital; 5) Aprender a aprender; 6) Competências sociais e cívicas; 7) Espírito de iniciativa e espírito empresarial e 8) Sensibilidade e expressão culturais.”

No que se refere à competência “Aprender a aprender”: “é a capacidade de iniciar e prosseguir uma aprendizagem, de organizar a sua própria aprendizagem, inclusive através de uma gestão eficaz do tempo e da informação, tanto individualmente como em grupo. Aprender a aprender obriga os aprendentes a apoiarem-se nas experiências de vida e de aprendizagem anteriores a fim de aplicarem os novos conhecimentos e aptidões em contextos variados — em casa, no trabalho, na educação e na formação.” Integrado nesse contexto, os cursos técnicos profissionais permitem assegurar a formação de técnicos qualificados inseríveis numa atividade profissional. Para atingir esse objetivo, impõe às escolas parcerias de responsabilidade formativa com instituições/empresas que proporcionem aprendizagens em contexto real e experiências profissionais. Esta ligação terá de ser contemplada na formulação do perfil profissional de cada curso e enquadrada num acordo entre a escola e a instituição. A duração da formação em contexto de trabalho está prevista nos planos de estudo, contudo na sua planificação, cada escola se encarrega de gerir as soluções encontradas com autonomia, dadas as suas características, os recursos da comunidade e as especificidades de cada curso. Atualmente na escola profissional a gestão do F.C.T de 600 horas é planificada no 12ºano de cada curso. No colégio XXX a formação em contexto de trabalho é de 280 horas, distribuídas pelo 11ºano (70 horas) e 12ºano (210horas).

A Direção Pedagógica, de cada uma das instituições, elege o estágio em detrimento de outros modos de formação, nomeadamente sob a forma de treino supervisionado no posto de trabalho, sob a forma de experiências de trabalho por períodos de duração variável ao longo da formação ou ainda, sob a forma de simulação de um conjunto de atividades profissionais relevantes para o perfil de saída do curso, em condições similares à

do contexto real de trabalho. O estágio permite a experimentação e mobilização de competências num determinado ramo ou área de atividade, fomenta o trabalho em equipa e remete o aluno para uma perspetiva mais concreta do mercado de trabalho, sendo uma forma, por excelência, de aquisição de "saberes ser-estar-fazer" complementares à formação teórica do currículo.

“O desenvolvimento da formação profissional inicial inserida no sistema educativo, e especificamente, a realizada no âmbito do ensino secundário, tem sido efetivado através da concretização do modelo legislado, conduzindo ao aperfeiçoamento das suas estruturas e respetiva organização, à diversificação do ensino tecnológico e profissional, e à revisão dos currículos e programas de ensino.” (Cardim, Adams, Reinhard, & Stavrou, 1999).

A gestão curricular das escolas, perante as mudanças e adaptação às novas exigências da sociedade, procura responder a estas com a construção de um perfil de competências de um técnico do futuro. A formação em contexto de trabalho é uma área não disciplinar dos planos de estudos dos cursos profissionais e científico tecnológicos, integrando o currículo dos mesmos, com uma avaliação de zero a vinte valores. Abrange finalidades específicas técnicas e procura fomentar competências pessoais e sociais (Marques, 1993, p.52). Essa aplicação prática, no contexto de trabalho, deve obedecer a uma articulação da estrutura curricular com os conteúdos teóricos, partindo de uma definição clara de objetivos, estratégias e métodos de modo a permitir que “o aluno seja apoiado permanentemente e gradualmente, tenha aprendizagens cada vez mais independentes; a preparação da formação deve efetuar-se em reuniões com empresas ou outros locais de formação de modo a ajustar currículos e práticas de trabalho, e aumentar o seu valor educacional e profissional” (*id.*, *ibidem*).

1.4.2 A supervisão da FCT e o papel do supervisor

A supervisão é definida como um meio que implica o desenvolvimento e aprendizagem dos profissionais, visando a aplicação da teoria (Alarcão e Tavares, 2003). É uma atividade que origina situações de acompanhamento no exercício da profissão. Se assim é, podemos afirmar que é legítimo adequar os propósitos da supervisão ao plano de FCT e aos seus princípios que, por sua vez, se enquadram nos objetivos da formação profissional. A formação profissional atual deve assentar em princípios de adaptabilidade, de iniciativa, de capacidade de inovação e de resolução de questões que se colocam face à velocidade imprimida pela necessidade constante de transformação a que hoje assistimos.

“A supervisão assenta em princípios de questionamento e intervenção crítica, participação e emancipação profissional, dialogicidade e democraticidade” (Vieira e Moreira, 2011). Caracteriza-se por um” processo assente na interação e colaboração entre os intervenientes, que são, no contexto de formação em presença, o supervisor da escola (orientador), o coordenador de curso, o supervisor da empresa (tutor) e o formando” (Leal e Camarinha, 2011).

De todos os modelos de supervisão, o clínico parece ser o que melhor se adequa aos moldes da FCT. Neste modelo, o professor é o agente dinâmico responsável pela prática de ensino, caracterizando-se o supervisor como aquele que «ajuda a analisar e a repensar o seu próprio ensino.» (Alarcão e Tavares, 2010: 26). A formação ocorre no local da prática “clínica”, ou seja, na empresa e inclui a planificação, a observação, a análise e a avaliação como estratégias de formação que permitam a procura de soluções para resolução de problemas em contexto real de trabalho. O supervisor acompanha todo o plano de FCT, de forma colaborativa e estimuladora e não controladora. Em todo esse processo, terá de gerir um clima afetivo-relacional que seja eficaz e que não ponha em causa o desempenho do formando por causa de receios e ansiedades. Para além disso, um

supervisor de contexto de trabalho procura encontrar as estratégias de formação mais adequadas, tendo em conta os respetivos conhecimentos técnicos e as competências de cada formando, face às situações problemáticas do dia-a-dia. No fundo, caracteriza-se pelo estímulo dado aos formandos para procederem a uma reflexão sobre a sua ação, através do desenvolvimento de capacidades de autoquestionamento sobre os desafios que se lhes colocam na prática profissional, sempre com espírito reflexivo.

No processo, afiguram-se fundamentais a interação, a articulação e a colaboração entre os supervisores das escolas e das empresas ou instituições, os formandos e demais intervenientes no processo formativo. De igual modo, se apresenta fundamental que, em se tratando de um processo, este tenha continuidade no tempo, de forma a permitir a aprendizagem e crescimento dos respetivos supervisores, que vão aprendendo a melhor gerir e adequar o processo formativo aos formando e objetivos da formação e vão abrindo caminhos para a qualidade crescente dos cursos (Leal e Camarinha, 2011: 89).

1.5. O ENSINO PROFISSIONAL EM PORTUGAL

A formação profissional desenvolve-se de acordo com a necessidade de formação dos jovens em competências profissionais ajustadas às necessidades das empresas. A construção do saber é vista como a aprendizagem em torno do processo ação-reflexão. Neste contexto, em Portugal, na década de 80, com a vinda de fundos comunitários e a necessidade de melhorar a competitividade por parte das empresas acabamos por assistir a um incremento dos sistemas de formação profissional. Assim, a política educativa da década de 80 caracteriza-se pela reintrodução da formação profissional no ensino secundário, respondendo às necessidades nacionais de desenvolvimento e de adaptação às mudanças tecnológicas (Mendes,2009, p.10).

Foram assim criadas, pelo Decreto-lei n.º 26/89 de 21 de janeiro, as escolas profissionais. De acordo com o seu preâmbulo afirma-se que “um dos vetores de modernização da educação portuguesa é a multiplicação acelerada da oferta de formação profissional e profissionalizante e passa pelo apoio à implementação de uma rede de escolas profissionais, de iniciativa eminentemente local (...) No contexto da integração Europeia e do desafio de desenvolvimento económico e social que urge promover, a elevação da qualificação de recursos humanos do país constitui um imperativo de investimento inadiável.” (Decreto-Lei n.º 26, 1989: 246). Este tipo de ensino é encarada como uma modalidade alternativa para conclusão do ensino secundário, aproximando os alunos a contextos de trabalho e à realidade das empresas. Pretende-se, neste ensino: formar jovens que serão os recursos humanos “Técnicos” de que o país necessita, proporcionando-lhes oportunidades de formação destes e reduzindo progressivamente as desigualdades de oportunidades.

Mais tarde, o Decreto-Lei nº 4/98, de 8 de Janeiro, veio estabelecer o regime jurídico de criação de escolas, “substituindo o regime de criação por contrato-programa entre os promotores e o Ministério da Educação por um regime de liberdade de criação sujeito a autorização prévia de funcionamento” permitindo ser criadas por pessoas singulares, por pessoas coletivas ou ainda, por outros Estados e organizações internacionais de que Portugal faça parte. Para Canário (1992) as escolas profissionais reúnem “à partida boas condições para a afirmação de projetos educativos próprios”, bem como diferenciados, com autonomia e ligação ao meio económico.

Sendo a ligação ao mercado de trabalho consensual, é essencial não descurar uma formação sólida de carácter sociocultural, científico e tecnológico (Azevedo,1991). Com base nesse pressuposto os projetos educativos das escolas profissionais são o ponto de partida desta formação de estrutura modular. Devem incluir a criação e funcionamento de mecanismos de inserção na vida ativa, promovendo a integração e acompanhamento dos jovens. Estes cursos, de acordo com a estrutura curricular atual, incluem um período de formação em contexto de trabalho, onde se desenvolvem atividades de carácter prático e profissional enquadradas no tecido socioeconómico da região da escola, assumindo a forma de estágio.

Em sintonia com Azevedo (1999), afirmo que as escolas profissionais são entidades (re) integradoras de muitos jovens no nosso sistema de ensino educativo e possibilitam simultaneamente uma oportunidade de qualificação profissional. Por outro lado permitem uma aproximação dos projetos educativos das escolas à realidade socioprofissional.

Ainda nas diretrizes dos Cursos Profissionais, determina-se que estes se destinam a todos os jovens que tenham concluído o 9º ano de escolaridade e que os mesmos são uma vertente do Ensino Secundário que privilegia a formação prática, concebida para uma

eficaz profissionalização. Tem como objetivo desenvolver nos alunos competências para o exercício de uma profissão.

O ensino profissional distingue-se, nomeadamente, pela sua articulação com as empresas, garantindo uma forte ligação ao mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. Estes cursos têm uma estrutura curricular organizada por módulos, o que permite maior flexibilidade e respeito pelos seus ritmos de aprendizagem. Estes cursos incluem ainda a realização de uma prova de aptidão profissional, onde o aluno demonstra as suas competências adquiridas ao longo da sua formação.

Uma vez concluído o curso, o aluno obtém o nível 4 de qualificação do quadro nacional de qualificações, possibilitando igualmente o acesso ao ensino superior. Este quadro nacional de qualificações foi introduzido pela portaria nº782/2009 de 23 de julho, configurando uma resposta face à necessidade de reconhecimento, validação e certificação de competências da população. O plano de estudos inclui três componentes de formação: Sociocultural; Científica e Técnica. A matriz é constituída por:

Componentes de formação	Disciplinas	Total de Horas
Sociocultural	Português	320h
	Língua Estrangeira I, II ou III	220h
	Área de Integração	220h
	Tecnologias da Informação e Comunicação	100h
	Educação Física	140h
Científica	2 a 3 disciplinas	500h
Técnica	3 a 4 disciplinas	1000h
	Formação em Contexto de Trabalho	600h
Carga horária total do curso		3100h

Fonte: www.anqep.gov.pt

Com o Decreto-lei nº74/2004 de 26 de março, foram definidos os princípios orientadores da organização e gestão do currículo, a avaliação das aprendizagens dos cursos científico-humanísticos, cursos tecnológicos, cursos artísticos especializados e cursos profissionais ministrados nos estabelecimentos de ensino. Com a portaria 550-C/2004, de 21 de maio e portaria 797/2006 de 10 de agosto aprovou o regime de criação, organização e gestão do currículo e consequente avaliação e certificação dos cursos profissionais de nível secundário. De acordo com o artigo 5 do decreto-lei nº50/2011 de 8 de abril nº1 alínea d:

“O ensino secundário visa proporcionar formação e aprendizagens diversificadas e compreende: Cursos profissionais, vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos”.

No contexto da sociedade portuguesa, as escolas proporcionaram uma oferta diversificada e ampliada de cursos profissionais em resposta à necessidade de aumentar a escolaridade comparada com a de outros países. Preocupações com o abandono escolar e aumento da taxa de escolarização imperaram na implementação da escolaridade obrigatória até ao 12º ano (Lei nº85/2009 de 27 de agosto).

Este desenho curricular dos cursos profissionais permite, juntamente com os cursos tecnológicos, uma escolha de oferta aos alunos:

“Concorrendo com outras modalidades que visam objetivos semelhantes, os cursos profissionais de nível 4 apresentam-se como um percurso alternativo, assente numa estrutura curricular modular e numa dimensão predominantemente técnica e prática da aprendizagem, preparando para o exercício profissional

qualificado, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, tendo sempre presente a dimensão humana do trabalho” (ME,2003: 5).

Estes cursos são distribuídos por diversas áreas e foi apresentada na portaria 316/2001 de 2 de abril. Ao todo existem trinta e nove áreas de formação:

- Artes do Espetáculo	- Indústrias alimentares
- Audiovisuais e produção dos <i>media</i>	- Têxtil, vestuário, calçado e couros
- Design	- Materiais (madeira, papel, plástico, vidro e outros)
- Artesanato	- Indústrias extrativas
- Filosofia, história e ciências afins	- Arquitetura e urbanismo
- Jornalismo	- Construção civil
- Biblioteconomia, arquivo e documentação (BAD)	- Produção agrícola e animal
- Comércio	- Floricultura e jardinagem
- <i>Marketing</i> e publicidade	- Silvicultura e caça
- Finanças, banca e seguros	- Pescas
- Contabilidade e fiscalidade	- Serviços de saúde
- Gestão e administração	- Ciências dentárias
- Secretariado e trabalho administrativo	- Serviços de apoio a crianças e jovens
- Enquadramento na organização/empresa	- Trabalho social e orientação
- Ciências informáticas	- Hotelaria e restauração
- Metalurgia e metalomecânica	- Turismo e lazer
- Eletricidade e energia	- Proteção do ambiente
- Eletrónica e automação	- Proteção de pessoas e bens
- Engenharia química	- Segurança e higiene no trabalho
- Construção e reparação de veículos a motor	

Fonte: www.anqep.gov.pt

Dada a minha experiência de mais de quinze anos como professora, orientadora e coordenadora de curso profissional de Contabilidade, irei apresentar posteriormente este curso, o seu perfil e finalidades enquadradas no catálogo nacional das qualificações. Este curso permite ao aluno desempenhar tarefas contabilísticas e administrativas nas empresas e organizações ao nível do planeamento, organização, execução e controlo, de acordo com a legislação aplicável desta atividade.

1.6. A LIGAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL À COMUNIDADE

O ensino profissional permite: “fortalecer, em modalidades alternativas às do sistema formal de ensino, os mecanismos de aproximação entre a escola e o mundo do trabalho(...) e contribuir para a realização pessoal dos jovens, proporcionando, designadamente, a preparação adequada para a vida activa” (ME,2003:6). Esta ligação permitiu o reforço dessa relação (ibidem: 33) com entidades do meio envolvente.

O acesso à profissão e a ligação à comunidade são fundamentais, uma vez que permitem a integração dos alunos no meio e no mercado de trabalho e favorecem uma assimilação mais crítica das competências-chave, técnicas e transversais adquiridas em aprendizagem teórica de sala de aula. Os alunos, para desempenharem uma profissão, no seu futuro, precisarão de desenvolver um conjunto de competências e qualidades que são transversais, seja a pontualidade, a criatividade ou a capacidade de iniciativa. Estas são essenciais como chave avaliativa da formação em contexto de trabalho. O acesso à profissão e a integração na vida ativa são as metas dos cursos profissionais que por sua vez são responsabilidade das escolas operacionalizando essa formação em contexto de trabalho, na organização da prova de aptidão profissional e o desenvolvimento e promoção dos jovens na sua inserção profissional, após conclusão dos respetivos cursos.

1.7. IDENTIDADE DOS CURSOS TECNOLÓGICOS

1.7.1 Enquadramento Legislativo

Os princípios consagrados na lei de bases do Sistema Educativo de 1986 permitem o desenvolvimento do aluno em todas as facetas, integrando-o na sociedade. A saber: "Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, (...) assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais de existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas, (...) desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base, numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao individuo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação." (LBSE, alíneas b), d) e e), art.º3). O Decreto-lei nº286/89 de 29 de agosto, estabelece os planos curriculares dos ensinos básicos e secundário. Os cursos tecnológicos pretendem reestruturar os atuais cursos técnico-profissionais, de que são aliás os herdeiros naturais.

Um dos objetivos do ensino secundário consiste na preparação para a vida ativa baseada numa formação tecnológica. Os cursos tecnológicos são cursos profissionalmente qualificantes e estão orientados também para a dupla perspetiva de inserção no mundo do trabalho e o prosseguimento de estudos para os cursos de ensino superior. Os destinatários são alunos que concluíram o 9ºano de escolaridade ou equivalente e pretendam obter uma formação de nível secundário e uma qualificação profissional de nível intermédio.

No decreto-lei nº74/2004 de 26 de março estabelece as orientações da organização e gestão curricular e sua avaliação, no nível secundário e sua oferta formativa, nomeadamente dos cursos tecnológicos. Assim no artigo nº5 alínea b): "Cursos tecnológicos, orientados na dupla perspetiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos,

especialmente através da frequência de cursos pós-secundários de especialização e de cursos do ensino superior.” E no artigo do referido decreto são aprovados as matrizes curriculares dos cursos onde contempla uma componente de formação geral, científica e técnica. Na portaria nº550-A/2004 de 21 maio estabelece o regime de organização, funcionamento e avaliação aplica-se aos cursos tecnológicos de nível secundário de educação, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo. Posteriormente, foi alterada pelas portarias nº206/2006 de 14 de março e nº207/2008 de 25 de fevereiro. Nestas estabelecem o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos tecnológicos de nível secundário de educação. No decreto-lei nº24/2006 de 6 de fevereiro altera a Portaria n.º 550-A/2004, de 21 de Maio onde se aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos tecnológicos de nível secundário de educação. No caso dos cursos com planos próprios funcionam em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, criados ao abrigo dos artigos 11.º e 12.º do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro, já revogado, que prevê a criação de cursos com planos próprios nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo. As ofertas próprias são, na sua quase totalidade, de dupla certificação, apresentam uma sólida formação científica e tecnológica, integrando formação em contexto de trabalho e a realização de uma prova de aptidão tecnológica. A oferta destes cursos carece de autorização, análise, aprovação e despacho de avaliação dos serviços, com competências próprias, do ministério da educação. Os programas das disciplinas da componente de formação geral e da componente de formação científica são os estabelecidos para os cursos científico-humanísticos de oferta nacional. Os das disciplinas da formação tecnológica constituem uma oferta própria, são elaborados por cada estabelecimento de ensino, enquadrado com as necessidades do meio em que se

inserem, nomeadamente as parcerias com o tecido empresarial e institucional local e regional.

1.7.2 Organização e funcionamento dos cursos tecnológicos

No final do 9ºano os alunos deparam-se com um dilema no que diz respeito ao prosseguimento de estudos ao nível do ensino secundário. Para tal, no Colégio xxx, existem dois caminhos: o curso de carácter geral, agora chamados como cursos científico humanísticos, e os cursos tecnológicos que permitem o ingresso na vida ativa que agora se chamam de cursos científico tecnológicos. Estes incidem mais sobre aspetos técnicos e levam à obtenção de um diploma profissional e nível IV.

O colégio XXX, pela autonomia pedagógica que goza, criou na década de 80 os cursos técnico-profissionais. Com a reforma do ensino implementada em 1993/1994 esses mesmos cursos passaram a ter a designação de cursos com planos próprios ou de científico-tecnológicos. Ao longo dos três anos do ensino secundário, o aluno frequenta disciplinas do foro científico, que se regem pelos programas a nível nacional e do foro técnico que se regem por programas próprios. Os planos curriculares seguem o disposto do DL nº286/89, nomeadamente quanto às componentes da formação geral, específicas e técnica. A organização curricular proposta para as componentes de formação específica, mais tarde científica e técnica dos cursos tecnológicos é disposta por o determinado pelo nº5 do artigo 47 da LBSE(Lei de bases do sistema educativo):” os planos curriculares do ensino secundário terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições socioeconómicas e pelas necessidades em pessoal qualificado.”

Assim o plano curricular compreendia:

- Formação geral: comum aos diferentes cursos e de frequência obrigatória para todos os cursos;

- Formação específica (científica): é constituída por duas ou três disciplinas obrigatórias com uma carga horária global constante ao longo dos três anos.

- Formação técnica (Tecnológica): componente curricular diversificada constituída por disciplinas interligadas com a componente da formação específica ou científica, de acordo com os objetivos de cada curso.

Cursos Tecnológicos

Componentes de Formação	Disciplinas	Ano/Carga Horária Semanal (x 90 minutos)		
		10.º	11.º	12.º
Geral	Português	2	2	2
	Língua Estrangeira I, II ou III a)	2	2	
	Filosofia	2	2	
	Educação Física	2 b)	2 b)	2 b)
	Tecnologias da Informação e Comunicação	2		
Subtotal		10	8	4
Científica	Trienal	2	2	2
	Bienal	2	2	
Subtotal		4	4	2

Tecnológica			10.º	11.º	12.º
	Trienal		2	2	2
	Trienal		2	2	2
	Bienal		2	4	
	Subtotal		6	8	4
					Carga Horária Anual (x 90 minutos)
	Área Tecnológica Integrada c)	Disciplina de Especificação d), e)	- Especificação 1 - Especificação 2 (...)		120
		Projecto Tecnológico e)			27 (147)
		Estágio f)			160 g)
	Educação Moral e Religiosa h)		(1)	(1)	(1)
	Total		20 a 21	20 a 21	17 a 18
	Máximo Global (Período de Estágio – horas)				35 a 36.5

Matriz dos cursos tecnológicos aprovada no Dec-Lei nº24/2006

A Portaria nº 550-A/2004, de 21 de Maio, anteriormente já referida estabelece o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos de planos próprios de nível secundário. Como já referi anteriormente, estes cursos com planos próprios promovem a inovação pedagógica e a melhoria da qualidade de ensino. Atualmente são designados como cursos secundários científico-tecnológicos e funcionam igualmente em regime de

autonomia pedagógica. No âmbito dessa autonomia pedagógica, prevista no nº 3 do artigo 33º e do artigo 88º do Decreto-Lei nº 553/80, de 21 de Novembro, e de acordo com o previsto nos números 3 e 5 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de Março, estes cursos após aprovação é publicada em portaria para o efeito. Com efeito no colégio XXX a matriz destes cursos apresenta atualmente distribuída pelas diversas formações geral, científica e tecnológica aprovada pela portaria 262/2013 de 14 de agosto. Apresento o curso científico-tecnológico de contabilidade e gestão empresarial (extraído da portaria 262/2013 de 14 de agosto):

- Formação Geral (Português; Língua Estrangeira I,II ou III; Filosofia; Educação Física)
- Formação científica (Matemática A e Economia a)
- Formação Tecnológica (Moral, Ética e Deontologia; Aplicações Informáticas; Contabilidade Geral; Técnicas de Gestão Empresarial; Informática Aplicada à Gestão; Análise Económica e Financeira; Direito e Fiscalidade; Contabilidade Analítica; Projeto Tecnológico e Formação em contexto de trabalho).

1.7.3 A disciplina de projeto tecnológico no currículo

A disciplina de Projeto Tecnológico, de certo modo, antecipa e/ou prepara as aprendizagens que vão ser objeto/alvo da formação em contexto de trabalho. Por esse motivo, escolheu-se dedicar-se, neste momento do trabalho, algum destaque. Assim, esta disciplina constitui-se como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento do produto (material ou intelectual, intervenção ou atuação, consoante a natureza dos cursos) para cuja produção o aluno deve mobilizar e articular a aprendizagem adquirida, em particular nas disciplinas da componente de formação tecnológica. Além disso, esta

disciplina visa, igualmente, o desenvolvimento de competências facilitadoras da integração dos alunos no mercado de trabalho, bem como de competências associadas à Formação em Contexto de Trabalho (FCT).

São várias as finalidades desta disciplina, das quais se enumeram as seguintes:

- Promover a orientação escolar e profissional dos alunos, relacionando os projetos desenvolvidos com os seus contextos de trabalho e saídas profissionais dos cursos.
- Preparar os alunos quer para o prosseguimento de estudos, quer para a integração no mercado de trabalho.
- Desenvolver o sentido de responsabilidade de cada aluno na construção dos seus percursos académicos e profissionais.
- Valorizar como metodologia de trabalho a pesquisa e a prática *inter* e transdisciplinar.
- Fomentar a capacidade analítica, estimulando a reflexão, o espírito crítico, a capacidade de expressão e de argumentação.
- Favorecer o desenvolvimento de uma cultura de avaliação e melhoria contínuas.
- Estimular o espírito empreendedor, criativo e inovador dos alunos.
- Desenvolver um ambiente propício à inovação e à criatividade.
- Fomentar a capacidade para identificar problemas e de gerar ideias criativas e inovadoras com capacidade para configurar novas soluções.

Esta disciplina faz parte integrante do currículo do 11ºano dos cursos científico-tecnológico do colégio XXX. A responsabilidade da lecionação da disciplina fica a cargo do diretor de curso e da responsável do gabinete de inserção da vida ativa.

O elenco temático da disciplina integra os seguintes pontos:

1. Tema introdutório.
 - 1.1 Atividades de sensibilização e de integração à disciplina.
 - 1.1.1 Conhecimento e exploração do curso e respetiva área de formação.
 - 1.1.2 A dupla certificação e *percursos pós-secundário*.
 - 1.1.3 A disciplina de Projeto Tecnológico no contexto do currículo.
2. Metodologia de projeto:
3. Metodologias e técnicas de investigação.
 - 3.1 Métodos de investigação (experimental; intensivo; extensivo).
 - 3.2 Técnicas de investigação e de recolha de informação.
4. Elaboração e apresentação de trabalhos académicos.
 - 4.1 Elaborar trabalhos escritos.
 - 4.2 Organizar e preparar uma apresentação oral.
5. Empreendedorismo na transição para a vida ativa.
 - 5.2 Perfil do empreendedor: no exercício da atividade profissional; na criação do próprio emprego.
 - 5.3 Classificação jurídica da empresa.
 - 5.4 Da oportunidade à ideia de negócio.
 - 5.5 Conhecer o mercado.
 - 5.6 Estruturação da atividade da empresa.
 - 5.7 A importância de um *plano de negócios*.
 - 5.8 Meios e fontes de financiamento.
6. Desenvolvimento de competências de empregabilidade.

Neste ano letivo, no âmbito desta disciplina, o colégio integra projetos de empreendedorismo lançados por entidades externas da comunidade, como o Júnior

Achivement –Portugal, a Associação nacional de jovens empresários (A.N.J.E) e com a Universidade Católica-Projeto B.E.S.T. Com o trabalho desenvolvido até agora, como professora responsável do Júnior Achivement, os resultados têm sido bastante prometedores, nomeadamente na criação de planos de negócios sobre um produto ou serviço.

A classificação atribuída resultará do acompanhamento dos trabalhos, da apreciação do(s) relatório(s), bem como da apresentação e discussão dos trabalhos, de acordo com as alíneas seguintes.

a) Nas aulas, o(s) professor(es) recolhe(m) informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos, nomeadamente, sobre o grau de concretização das tarefas propostas, do grau de consecução dos objetivos, dos instrumentos utilizados, dos problemas surgidos e do modo como foram ultrapassados, assim como dos produtos/resultados obtidos.

b) Na apreciação dos relatórios, o(s) professor(es) devem ter em consideração o conteúdo e a correção do texto, bem como o aspeto gráfico e a estrutura do documento.

Na apresentação e discussão dos trabalhos o(s) professor(es) devem ter em consideração a capacidade de exposição e gestão do tempo, a capacidade de argumentação face às questões colocadas, a(s) funcionalidade(s) e inovação do projeto, o controlo emocional e relacionamento interpessoal. Do ano anterior, alguns dos projetos dinamizados pelos alunos, estão a ser aprofundados por estes atualmente na (PAT) prova de aptidão tecnológica.

Do ponto de vista da aplicabilidade da disciplina de Projeto à formação em contexto de trabalho, como Coordenadora/Orientadora de PAT tenho algumas expetativas

sobre os trabalhos dos alunos do 12ºano pois já adquiriram as competências no domínio dos saberes e saberes-fazer no domínio técnico do projeto.

1.7.4 A relação escola-empresas no ensino tecnológico

O meio envolvente é fundamental para a Escola. A relação Escola-Empresa é considerada vital no planeamento pedagógico do ensino tecnológico, evidenciando as possibilidades, as necessidades e as dificuldades de integração entre educação e trabalho. Esta tem condições de proporcionar benefícios para a Instituição e para a comunidade como um todo. Para os alunos auxilia na formação deste, realçando para a inovação, espírito crítico e criativo, desenvolvendo a sua competência e cidadania. Para o professor é gratificante pois permite a aquisição de novos hábitos, maneiras de agir e pensar que proporcionará, o aumento de atividades entre grupos e uma maior objetividade no ensino. Para as empresas e restante comunidade é-lhes possibilitada a oportunidade de selecionarem para os seus quadros, colaboradores e profissionais com a formação exigida pelo mundo do trabalho. (SLOAN, 1995:23)

Nesse cenário, a escola passa a trabalhar com seus alunos os conhecimentos e experiências necessários ao bom desempenho profissional de acordo com as necessidades demandadas pelo mundo do trabalho e pela sociedade como um todo. Nos cursos tecnológicos, em especial, as parcerias entre empresas, escola e comunidade são preponderantes. Este elo entre as escolas e empresas pode ser constituído, na oferta de atividades práticas aos educandos sob a forma de estágio, visitas de estudo, projetos de empreendedorismo e mesmo na cedência de equipamentos às escolas para que a formação seja mais prática. No colégio XXX, com alguma frequência, recebemos equipamentos de empresas da área da eletrónica e automação para os cursos tecnológicos da especialidade.

Isto vislumbra-se pois verifica-se que a inovação tecnológica é mais lento do que nas empresas. Esta ligação Escola-Empresa pode permitir às empresas vantagens num futuro próximo desde a viabilidade da redução de investimentos em tecnologias específicas com a possibilidade de acesso aos laboratórios da escola, a disponibilidade estratégica de mão-de-obra qualificada e a oportunidade do desenvolvimento de novos produtos e processos a partir da parceria escola-empresa.

A ligação entre escola-empresa traz benefícios sociais também para a comunidade, pois geram-se oportunidades de trabalho e são aproveitadas pelos alunos da escola que pertencem à sociedade local/regional (SLOAN,1995:23).

Penso que a cooperação escola-empresa é considerada como um fator essencial para a ligação da escola com os diferentes setores da sociedade articulando as necessidades inerentes à tecnologia de novos produtos, processos, informação, qualidade, formação de recursos humanos e no fundo pode-se reconhecer que as dificuldades podem ser mais facilmente superadas quando enfrentadas em parceria.

PARTE II

A ESCOLA PROFISSIONAL DE GAIA

1.1 CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE GAIA

A EPG foi criada em 23 de agosto de 1990, tendo como objetivo dar resposta às necessidades de formação nas áreas de Contabilidade, Secretariado, Eletrónica e Informática. Mais tarde, foi a escola pioneira na criação do curso profissional de Gestão Autárquica. A escola é uma instituição de carácter privado com estatuto de utilidade pública e usufrui de autonomia pedagógica para o ensino profissional com dupla certificação, possibilitando o ingresso na vida ativa e/ou no ensino superior aos seus formandos. Com o evoluir dos anos, a escola aumentou a sua oferta formativa, em diversas áreas, procurando dar resposta às necessidades do mercado de trabalho e às exigências das empresas.

A qualidade da formação ministrada na EPG exige uma maior abertura e permanente interação com o meio envolvente, conseguidas, essencialmente, através do estabelecimento de parcerias e protocolos, bem como do diálogo frequente com o tecido económico e social da região. Essa abertura foi pródiga em dinamizar diversas atividades e projetos socioeducativos com diversas instituições da comunidade que permitiram criar laços, mesmo no âmbito do desenvolvimento de uma educação não formal.

No ano letivo transato, a escola registou 770 formandos distribuídos por 26 turmas dos Cursos do Ensino Profissional e 3 turmas dos Cursos Vocacionais. Configura-se desta forma a oferta formativa da EPG para o ano letivo 2015/ 2016:

Cursos Profissionais (Nível 4)

· Auxiliar de Saúde (10.º, 11.º e 12.º Anos)

- Contabilidade (12.º Ano)
- Eletrónica, Automação e Comando (10.º, 11.º e 12.º Anos)
- Design Gráfico (10.º, 11.º e 12.º Anos)
- Gestão (10.º Ano)
- Gestão de Equipamentos Informáticos (10.º Ano)
- Mecatrónica (10.º, 11.º e 12.º Anos)
- Programação e Maquinação – CAD/CAM (10.º, 11.º e 12.º Anos)
- Restauração – Restaurante/Bar (10.º, 11.º e 12.º Anos)
- Restauração – Cozinha/Pastelaria (10.º, 11.º e 12.º Anos)
- Secretariado (11.º Ano)

Cursos Vocacionais (9.º ano)

- Restauração, Saúde e Empreendedorismo
- Multimédia, Robótica e Eletrotecnia
- Informática, Eventos e Design

No ano letivo de 2015/2016, lecionam na Escola Profissional de Gaia 91 formadores.

A Direção da Escola é constituída por três elementos: Presidente do Conselho de Direção, Diretor Pedagógico e Diretor Administrativo e Financeiro. Os Serviços Administrativos contam com oito funcionários, todos ex-alunos da EPG, nove funcionários Auxiliares de Ação Educativa, dois Monitores de Informática e dois Monitores de Eletrónica/Mecatrónica/Programação. A instituição também integra o GIVA (Gabinete de Inserção na Vida Ativa) e o SPO (Serviço de Psicologia e Orientação). Com esta constituição, a escola pretende ser um agente ativo que presta atenção e que promove a ligação à comunidade educativa com atividades que envolvam alunos, formadores, pessoal

não docente, encarregados de educação e outras instituições que fazem parte integrante do tecido empresarial, académico, institucional e cultural da região.

A EPG apresenta-se como um projeto de escola integradora das diferenças, com uma cultura curricular obedecendo a uma estrutura modular e apostando na diversificação de estratégias de ensino/aprendizagem. Pretende-se que se dinamize um trabalho em que o aluno é moldado para que se aproxime, o mais possível, do perfil adequado às funções que irá desempenhar na sua profissão. De um modo geral, apesar dos conteúdos serem referenciados pela ANQEP, as Escolas Profissionais são dotadas de autonomia, que se reflete numa liberdade dada ao docente, com o intuito de cada um, na medida das necessidades sentidas, poder adotar a metodologia adequada.

Como escola pioneira de ensino profissional, EPG rege-se por princípios que já demonstrei anteriormente. Importa referir a necessidade de acreditação do seu funcionamento por parte de instituições como o ministério da educação (ME), a agência nacional para a qualificação do ensino profissional (ANQEP) e o fundo social europeu(FSE). Na sua coordenação organizacional, o seu funcionamento é regido por normas e regras definidas por mecanismos e expresso no seu projeto educativo(PE) e no seu regulamento interno(RI).

A EPG assume uma cultura integradora possibilitando a participação dos formadores, alunos, encarregados de educação e outros agentes da comunidade local. Potencia experiências de ensino aprendizagens diversificadas aplicando princípios de educação não formal. Assim, posso constatar o contacto próximo com os alunos na dinamização de diversos contactos formais ou mesmo contando com a presença de um representante destes, no órgão do Conselho Consultivo. Segundo Azevedo (2007): “ ganham-se etapas e acelera-se o processo de integração e socialização antecipada dos jovens estudantes se existirem parcerias activas e interessadas entre a escola e o mundo

empresarial, sinergias estas potenciadoras de aprendizagens e vivências consistentes, ricas e variadas”. Assim se verifica na escola profissional de Gaia, através da participação das entidades externas e relevantes na integração no júri das provas de aptidão profissional, em projetos de educação não formal e na participação em atividades organizadas na comunidade. Essas atividades são integradas no seu Plano Anual de Atividades (PAA) e reforçam a notoriedade da instituição na comunidade e permitem aos alunos vivenciarem novas experiências em contexto real

A participação da escola profissional nas olimpíadas de contabilidade organizadas pelo instituto politécnico de Vila Nova de Gaia ou na iniciativa do “Ás da Contabilidade” do distrito do Porto são exemplos disto. Com muito agrado alcançamos os primeiros lugares nestas iniciativas. No ano anterior pude organizar grande parte das atividades de um projeto de educação não formal como coordenadora de curso de contabilidade.

No que concerne à caracterização dos alunos pude verificar junto dos serviços administrativos que a partir do documento de caracterização de turma, a escola consegue obter um conjunto de dados referentes aos alunos, bem como aos respetivos agregados familiares, que lhes são essenciais para caracterizar a sua população escolar, ajustar o seu projeto educativo ao público-alvo, de forma a obter o sucesso pretendido na formação inicial ministrada, e analisar a evolução da escola através da comparação dos resultados ao longo dos anos.

Assim, apresento alguns aspetos que nos parecem importantes para caracterizar os alunos que frequentam a escola (dados obtidos em setembro do ano letivo 2015/2016):

- No que respeita à repartição por géneros, verifica-se a predominância de alunos do sexo masculino, num total de 100 (39%), para apenas 150 (64%) efetivos do sexo masculino. Relativamente à distribuição por escalões etários, é de notar que, globalmente, os mais representados são os dos 17 (26,3%), 18 (22,6%) e 16 anos (17,5%), sendo os

escalões mais jovens e os mais velhos representados em menor escala. Tal como no ano anterior, existe heterogeneidade das escolas de que são provenientes os alunos que nos procuram.

- No que concerne à escolaridade dos pais dos alunos, regista-se que a maioria, tanto dos pais como das mães, têm o ensino secundário completo, ambos com 30% no total de respostas apuradas. Segue-se a escolaridade ao nível do ensino básico completo com 22% para as mães e 19% para os pais. Destaca-se um valor residual de pais que detêm o grau de licenciatura (6% e 10% respetivamente).

- Quanto às categorias profissionais dos Pais/E.E, as mais indicadas pelos alunos são de empregados comerciais, trabalhadores fabris, pessoal de serviços de limpeza. Contudo, 29% dessas respostas indicaram que pelo menos um dos Pais/E.E se encontra desempregado.

- No que respeita às repetências dos alunos, regista-se que 33% dos alunos repetiram uma vez, 28% já repetiram mais do que uma vez e os restantes não reprovaram de ano.

- Os alunos registaram que a opção pelo ensino profissional se deve, na maior parte, por: futuro na área profissional (30,2%), maior facilidade de acesso ao mercado de trabalho (20,8%), decisão pessoal (18,5%).

- Quanto à questão sobre as saídas após a conclusão do curso, a maior parte dos alunos (43,8%) tem interesse em encontrar um emprego na área do curso e 28,2% tencionam prosseguir estudos ao nível do ensino superior.

- Uma percentagem significativa de alunos refere que teve conhecimento da EPG através de amigos (36,4%), seguindo-se pela indicação de familiares (22,1%) e pelo conhecimento pelos meios ações realizadas pela escola(19,1%).

Através dos dados atrás referidos posso verificar a perceção do tipo de alunos que entram na escola, tendo em conta o número, o género, a residência e as habilitações dos encarregados de educação, bem como as motivações que levaram os alunos a optar pelo ensino profissional, pela EPG e os objetivos que traçam para o final do curso.

Todos estes aspetos mencionados estão de acordo com os princípios orientadores da EPG, nomeadamente no ponto 2 do artigo 2º do Regulamento Interno (RI) da EPG:

“Estes princípios têm como finalidade última desenvolver os interesses, aptidões e capacidades dos formandos no sentido de uma formação humanística, estética, comunicacional e de cultura integral, em que cada um conhece os seus deveres, numa atmosfera de responsabilização e de tolerância e compreensão pelos seus direitos. A Escola pretende, pois, constituir-se como uma comunidade educativa que quer trabalhar num ambiente científico e tecnologicamente enriquecedor mas em que a qualidade das relações humanas possam sempre ocupar um lugar privilegiado”.

1.2 CURSO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

1.2.1. Perfil profissional

Como foi referido anteriormente, os cursos profissionais constituem um percurso de nível secundário da educação com uma ligação com a realidade profissional. Esta alternativa profissional valoriza as competências necessárias para o exercício de uma profissão numa forte ligação com o setor empresarial da região. De acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações, o perfil do técnico de Contabilidade aprovado pelo publicado no Despacho n.º13456/2008, de 14 de Maio e atualizado em 8 de maio de 2014: “Organizar e efetuar o registo e tratamento de dados contabilísticos de uma empresa ou ser

viço público.” As atividades principais de um Técnico de Contabilidade implicam a aquisição das seguintes competências:

“SABERES

- 1. Língua portuguesa.*
- 2. Língua estrangeira (utilização de vocabulário técnico).*
- 3. Informática na ótica do utilizador .*
- 4. Aplicações informáticas de contabilidade.*
- 5. Segurança, higiene e saúde aplicadas à atividade profissional.*
- 6. Noções básicas de organização empresarial/serviço público.*
- 7. Organização do trabalho e gestão do tempo.*
- 8. Noções básicas de cálculo comercial e financeiro.*
- 9. Noções básicas de análise financeira e gestão de orçamentos.*
- 10. Noções básicas de legislação laboral, comercial e das sociedades.*
- 11. Noções básicas de estatística.*
- 12. Contabilidade geral, analítica e orçamental*
- 13. Fiscalidade.*
- 14. Comunicação e relações interpessoais.*
- 15. Tipologia, circuitos e preenchimento de documentação.*
- 16. Organização e arquivo de documentação.*
- 17. Materiais e equipamentos de escritório.*
- 18. Normas de sistemas de gestão da qualidade.*

SABERES-FAZER

- 1. Utilizar os materiais e equipamentos necessários à execução do trabalho contabilístico.*
- 2. Utilizar as aplicações informáticas na elaboração de documentação e no registo de informação.*
- 3. Utilizar as aplicações informáticas específicas da área da contabilidade.*
- 4. Identificar os diferentes tipos de documentos e o circuito da documentação.*
- 5. Aplicar as técnicas de organização e arquivo de documentação.*
- 6. Aplicar os procedimentos necessários ao preenchimento de documentação bancária, comercial, fiscal e outra.*
- 7. Aplicar as operações de cálculo na determinação do montante das obrigações legais e outras despesas ou receitas da empresa ou serviço público.*
- 8. Utilizar os procedimentos de classificação de documentos contabilísticos da empresa ou serviço público.*
- 9. Aplicar o Sistema de Normalização Contabilística no registo das operações Contabilísticas, no apuramento dos resultados no encerramento das contas da Empresa ou serviço público.*
- 10. Aplicar os pressupostos da contabilidade analítica e orçamental na classificação de Gastos e no cálculo e análise de desvios.*
- 11. Aplicar técnicas de recolha e tratamento de dados necessários à elaboração de Relatórios da situação económica da empresa ou serviço público.*
- 12. Utilizar a terminologia técnica em língua portuguesa e numa língua estrangeira na interpretação de documentação.*

SABERES-SER

- 1. Manter organizado o posto de trabalho de forma a permitir responder às solicitações do serviço.*
- 2. Facilitar o relacionamento com interlocutores diferenciados.*
- 3. Adotar comportamentos assertivos na relações com os públicos.*
- 4. Tomar iniciativa na resolução de situações concretas.” extraído do Catálogo Nacional das Qualificações*

1.2.2. Estrutura curricular do curso

Tendo em conta que, como foi referido anteriormente, o Decreto-Lei 74/2004, de 26 de Março, estabelece os princípios orientadores da organização e gestão do currículo dos cursos profissionais vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. A portaria 914/2005, de 26 de setembro cria o curso profissional de contabilidade e o seu plano de estudos em vigor atualmente. O curso pertence à família profissional de administração e integra-se na área de educação e formação de Contabilidade e Fiscalidade (344), de acordo com a classificação aprovada pela Portaria 256/2005, de 16 de Março. No anexo um da referida portaria, define o plano de estudos que inclui três componentes de formação: sociocultural, científica e técnica. Esta última inclui obrigatoriamente uma formação em contexto de trabalho. Está previsto a apresentação de uma Prova de Aptidão Profissional(PAP), na qual se demonstra as competências e saberes desenvolvidos ao longo da formação. Na EPG, o plano de estudos do Curso Profissional de Contabilidade está definido em blocos semanais de 90 minutos com a seguinte distribuição total de 3100 horas do ciclo de formação:

	10ºano	11ºano	12ºano
Sociocultural:			
Português			
Inglês		-	-
Área de Integração			
Tecnologias da Informação e Comunicação			
Educação Física			
Científica:			
Matemática			
Economia			
Técnica:			
Contabilidade Geral e Analítica			
Direito das Organizações			
Cálculo Financeiro e Estatística Aplicada			
Organização e Gestão Empresarial			
Formação em Contexto de Trabalho*			

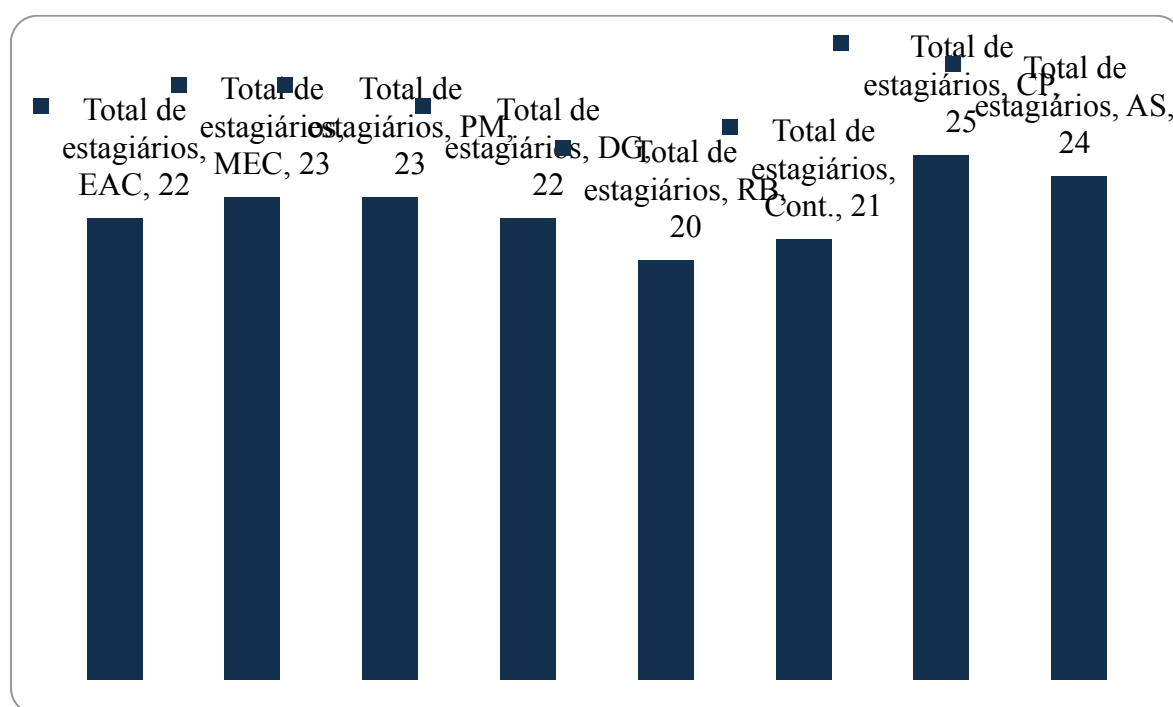
*A formação em contexto de trabalho é realizada no 12ºano em parceria com empresas ligadas à área de formação, decorrendo predominantemente em ambiente real de trabalho

A formação do aluno complementa-se com o período de Formação em Contexto de Trabalho(FCT), possibilitando um contacto com o tecido socioeconómico envolvente da região do Porto. No caso do curso de Contabilidade é realizada em empresas ou outras instituições, mediante a celebração de um protocolo de estágio tripartido entre a escola, a empresa e o aluno, tendo em conta um plano entre as partes. A EPG detém uma carteira de empresas asseguradas, contudo pode atender a novas parcerias da iniciativa dos alunos. Essa iniciativa pode corresponder ao grau de abertura e de diálogo com que se estabelece com os alunos e dinamizando o seu espírito empreendedor. No ano letivo de 2014-2015 a Formação em contexto de trabalho do 12ºano dos cursos profissionais da EPG foi

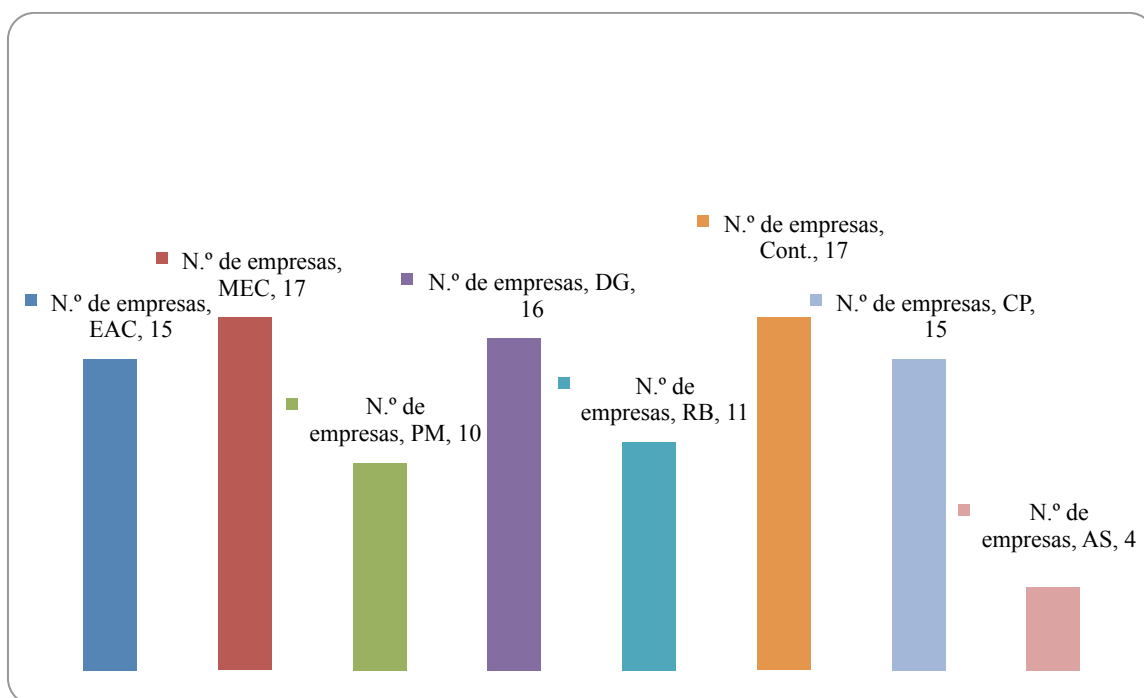
frequentada por 180 alunos num total de 98 instituições acolhedoras num total de 420 horas. A distribuição do número de empresas e estagiários por curso:

	N.º de empresas	Total de estagiários	Média de estagiários/ empresa
EAC	15	22	1,5
MEC	17	23	1,4
PM	10	23	2,3
DG	16	22	1,4
RB	11	20	1,8
Cont.	17	21	1,2
CP	15	25	1,7
AS	4	24	6
Total	105	180	

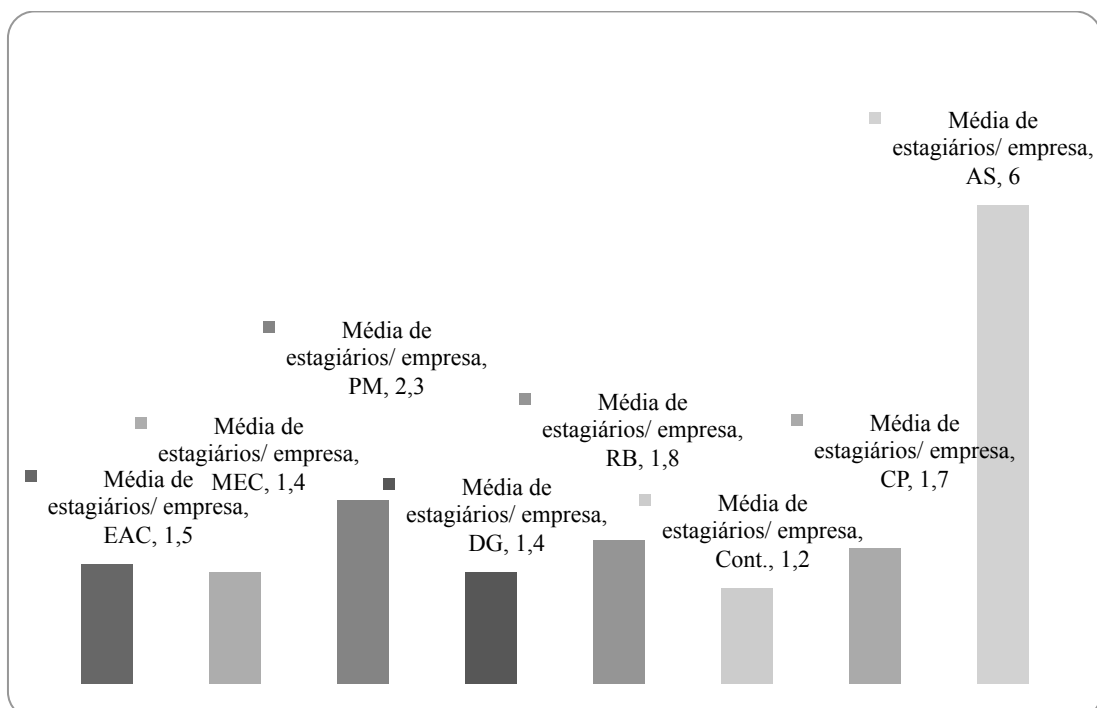
Total de estagiários por curso



N.º de empresas por curso



Média de estagiários / empresa



Quanto à taxa de conclusão, os cursos profissionais apresentam uma taxa de conclusão acima dos 60 %, no ano letivo 2014/2015, dos alunos que iniciaram o 12ºano de escolaridade.

Sucesso de escolaridade do curso de Contabilidade 2014/2015

Curso	Nº alunos em 2014/2015	Conclusão	%
Contabilidade	23	14	60

Taxa de conclusão de curso (2012-2015)

No que refere à continuidade de estudos, verificou-se que apenas uma aluna se candidatou ao prosseguimento de estudos na área e os restantes acabaram por optar pelo ingresso no mercado de trabalho.

Curso	Nº de alunos que concluíram (2012/2015)	Desempregados Nº (%)	Empregados- na área de formação Nº (%)	Empregados- fora na área de formação Nº (%)	Estudantes no ensino superior Nº (%)
Contabilidade	14	5 36	4 29	4 29	1 7

Situação dos alunos após percurso formativo do ensino secundário

No ano letivo 2014/2015 registei, como Diretora de curso e Orientadora Educativa, as seguintes informações após conclusão do estágio, num inquérito enviado às empresas pelo *Google forms*:

- Dos formandos que concluíram o curso de contabilidade, três receberam uma proposta para um estágio curricular das empresas onde realizaram a sua formação em contexto de trabalho;
- A opinião de grande parte das empresas e entidades acolhedoras de estágios deste curso consideraram que o relacionamento entre as escolas e empresas devia ser consolidado;
- Essas mesmas entidades consideram positiva o FCT, contudo exigem uma preparação mais cuidada desses estágios e um melhor acompanhamento dos estágios;
- Consideram ainda que existe pouca relação entre a teoria e a prática;
- São da opinião que estes estágios facilitam os jovens a inserir na vida ativa; sendo o FCT uma etapa de transição entre a escola e o mundo de trabalho
- O FCT tem contribuído para abrir a escola ao meio, bem como para integrar os jovens na vida ativa
- A nível global as empresas consideram que a avaliações dos processos de estágio em FCT em Bom e Muito Bom nos itens: Organização e planeamento do processo de estágio, Atitude comportamento do estagiário e desempenho, apoios prestados pelo professor acompanhante e número de visitas por parte destes. Destacaram no critério suficiente o proveito para a Empresa/Instituição e interesse na continuidade de receber estagiários.

1.3 ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIOS - NA FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO: SUA PLANIFICAÇÃO

Os estágios curriculares servem para articular a vida escolar com a vida profissional, resultante do mercado de trabalho. A modalidade estágio rege-se de acordo com o Regulamento de Formação em Contexto de Trabalho(FCT) e pressupõe que o aluno estagiário desenvolva uma série de atividades técnicas devidamente planificadas de acordo com o monitor de estágio e professor orientador.

É com FCT que o aluno desenvolve atividades profissionais tendo em conta a área técnica do curso. O Diretor da escola designa o professor orientador de acordo com a legislação em vigor, articula todos os procedimentos entre a entidade acolhedora e a escola e distribui os alunos estagiários pelos locais onde irão realizar a FCT.

As competências do coordenador de curso, professor orientador, monitor da entidade de acolhimento e do aluno estão estipuladas no regulamento de FCT. As disposições gerais, organização, as condições do protocolo de colaboração e planificação que é celebrado entre a entidade da FCT estão devidamente regulamentadas pela EPG e de acordo com a portaria nº74-A/2013 que revoga a portai nº550-C/2004. No artigo 3, número 4 e 5, da referida portaria estabelece que :

“4-A concretização da FCT é antecedida e prevista em protocolo enquadrador celebrado entre a escola e as entidades de acolhimento, as quais devem desenvolver atividades profissionais compatíveis e adequadas ao perfil profissional visado pelo curso frequentado pelo aluno. 5 - A organização e o desenvolvimento da FCT obedecem a um plano de trabalho individual, elaborado com a participação das partes envolvidas e assinado pelo órgão competente da escola, pela entidade de acolhimento, pelo aluno e ainda pelo encarregado de educação, caso o mesmo seja menor de idade.”

No regulamento interno da EPG refere que :

Artigo 4.º Parcerias: objetivos e entidades envolvidas ou a envolver A Escola Profissional de Gaia tem como objetivo fornecer aos seus formandos contextos de trabalho devidamente integrados no mundo real e laboral, tem protocolos com diversos organismos e empresas nacionais e estrangeiras. Tem um protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o que permite ter em funcionamento um Gabinete de Inserção na Vida Activa com a finalidade de preparar uma entrada harmoniosa e bem organizada na vida ativa.

O diretor de curso é designado pelo órgão competente de direção ou gestão da escola, ouvido o conselho pedagógico ou equivalente, preferencialmente de entre os docentes profissionalizados que lecionam as disciplinas da componente de formação técnica, competindo-lhe, sem prejuízo de outras competências:

a) Assegurar a articulação pedagógica entre as diferentes disciplinas e componentes de formação do curso; b) Organizar e coordenar as atividades a desenvolver no âmbito da formação técnica; c) Participar nas reuniões do conselho de turma, no âmbito das suas funções; d) Intervir no âmbito da orientação e acompanhamento da Prova de Aptidão Profissional (PAP), nos termos previstos no presente regulamento; e) Assegurar, em colaboração com os orientadores educativos, a articulação entre a escola e as entidades de acolhimento da Formação em Contexto identificando-as, seleccionando-as, preparando protocolos, participando na elaboração do plano de trabalho e dos contratos de formação, procedendo à distribuição dos alunos por aquelas entidades e coordenando o acompanhamento dos mesmos, em estreita relação com o professor orientador e o tutor responsáveis pelo acompanhamento dos alunos; f) Assegurar a articulação com os serviços com

competência em matéria de apoio socioeducativo; g) Coordenar o acompanhamento e a avaliação do curso.

1.4 A ESCOLA E A COMUNIDADE EMPRESARIAL. O PERCURSOS PÓS FORMAÇÃO DOS FORMANDOS.

A escola, desde sempre se mostrou preocupada com a ligação à comunidade envolvente e com a sua interação. O Gabinete de Inserção na Vida Ativa (GIVA) da Escola Profissional Gaia, criado desde a sua fundação, possui os seguintes objetivos:

- Promove o desenvolvimento de competências de exploração de informação;
- Reforçar os mecanismos de apoio à inserção no mundo do trabalho;
- Promover a ligação dos diplomados ao mundo do trabalho;
- Participar na definição de estratégias para uma ajustada colocação dos alunos e diplomados no mercado de trabalho e a sua plena inserção socioprofissional;
- Participar na definição de estratégias para uma ajustada colocação dos alunos e diplomados no mercado de trabalho e a sua plena inserção socioprofissional;
- Recolher e divulgar ofertas de emprego;
- Divulgar ações de formação profissional;
- Promover o desenvolvimento de competências de empreendedorismo e de cidadania junto dos formandos, incentivando à criação do próprio emprego;
- Promover o contato com o mundo empresarial através da divulgação dos cursos e das aúdas profissionais da Escola, da divulgação dos currículos dos candidatos ao emprego.

O trabalho desenvolvido pelo GIVA é feito em colaboração com os restantes membros da comunidade educativa, nomeadamente com os diretores dos cursos

profissionais. Com estes dinamiza um conjunto de atividades que decorrem em cada ano letivo nomeadamente:

- Na Feira de Orientação Vocacional conta com a presença de instituições do ensino superior;
- O apoio à conceção do Curriculum Vitae (CV) ou a otimização do mesmo é também uma das tarefas realizadas. Em muitos casos, é necessário enquadrar os alunos relativamente ao que é um CV e à sua importância, já que é uma ferramenta de marketing pessoal.
- Nas Jornadas de Contabilidade e de Gestão promovida pelo curso profissional de contabilidade onde conta com convidados, oradores do meio empresarial local;
- A Escola deve abrir as portas aos alunos, de modo a dar-lhes oportunidade de conhecerem outras realidades e contextos de trabalho com este objetivo, este serviço organiza e coordena as diferentes atividades extracurriculares propostas quer por parte dos professores, quer por parte do próprio GIVA.
- Em iniciativas em que conta com o apoio de instituições e empresas, para que os alunos acompanhem o dia-a-dia de uma profissão numa jornada diária;
- Num trabalho colaborativo com os diretores de curso para colocação de recém-formados numa vaga de emprego ou acompanhamento de uma candidatura de um estágio profissional.

Perante uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva, a escola tem de responder a diversas necessidades e procura, acabando por desempenhar funções que, tradicionalmente, estavam atribuídas a outras instâncias da sociedade. É, assim que a EPG cria condições facilitadoras da transmissão das diferentes competências necessárias ao sucesso socioprofissional. Assim o GIVA tem por objetivo promover a aproximação entre a Escola e o mundo do trabalho, permitindo que a integração se realize de um modo

adequado perante as exigências, no fim do curso, de novos papéis e responsabilidades. Neste cenário, o GIVA da EPG tem vindo a desenvolver um trabalho de acompanhamento na promoção da empregabilidade, na medida em que fomenta um trabalho mais personalizado de acompanhamento e preparação dos alunos em termos da sua colocação no mercado de trabalho. O GIVA apoia os alunos na realização do paralelismo entre competências pessoais e tarefas concretas que poderão realizar em contexto de trabalho.

O GIVA desenvolveu também uma Bolsa de Emprego, que consiste na inscrição de todos os alunos numa base de dados permanentemente acessível às empresas que recrutam candidatos e no acompanhamento da integração do aluno na empresa quer ao nível das suas competências/exigências da empresa, quer ao nível da adequação da empresa face à proposta de emprego em questão. Assim sendo, no terceiro período de cada ano letivo, é proposto às turmas dos últimos anos a inscrição no GIVA e a participação em diversas atividades atrás referidas na qual visam a preparação dos alunos para o mercado de trabalho e a promoção de competências de empregabilidade.

B. COLÉGIO XXX

CARACTERIZAÇÃO

O Colégio XXX detém autonomia pedagógica desde o início dos anos oitenta quando criou os cursos Técnico-Profissionais.

O Colégio XXX tem neste momento acerca de 1500 alunos que se estendem desde os três anos de idade ao 12ºano de escolaridade. Apesar de a sua existência como instituição já ter quase oitenta anos, os cursos de ensino secundário só existem há pouco mais de vinte anos.

A oferta formativa do colégio responde ao dilema em que muitos alunos encarregados de educação têm quando no final do 9º Ano têm de decidir quanto ao prosseguimento de estudos ao nível do ensino secundário. Essa resposta apresenta-se com os Cursos Científico Tecnológicos que são predominantemente orientados para a vida ativa. Estes cursos incluem uma formação tecnológica que permite ao aluno desenvolver a sua formação ética, humanística e científica.

Quando o aluno terminar o curso, receberá um diploma de nível IV da União Europeia o que facilitará a integração no mercado de trabalho. Estes cursos permitem ao aluno tanto prosseguir estudos normalmente como permite a entrada no mundo profissional.

Existem, neste momento, exatamente doze cursos no total sendo que os cursos científico-tecnológico de Administração e Marketing e Contabilidade e Gestão Empresarial foram os primeiros desde a criação do ensino secundário no colégio.

Durante os três anos do ensino secundário, o aluno terá pela frente um plano curricular onde terá disciplinas da formação geral e científica, que são enquadradas pelos programas a nível nacional e da formação técnica, que se regem por programas próprios. No final do 12º ano o aluno poderá, graças à dupla certificação poderá ingressar no ensino

superior ou mundo do trabalho. Optando pela primeira, está apto a fazer os exames a nível nacional. O Colégio XXX vigora duas prioridades essenciais que se complementam: a formação integral do aluno e a excelência no desenvolvimento de capacidades e aprendizagens dos conhecimentos definidos em programas próprios, preparando-os para o ingresso no mundo do trabalho.

O Colégio possui um corpo docente estável e qualificado, sendo a generalidade dos professores profissionalizados e responsáveis por cargos pedagógicos distribuídos, por curso e por turma, como são os de “Coordenador de curso” e “Diretor de turma”. Os docentes, em particular, procuram moldar o aluno para que se aproxime do perfil adequado às funções que irá desempenhar na profissão para a qual está a ser preparado a fim de que desenvolva as qualidades desejadas para o seu exercício.

Um dos cursos, como referi anteriormente, ministrados é o curso científico-tecnológico de Contabilidade e Gestão Empresarial. Este curso pertence à área de Administração e serviços e engloba formações que preparam para o exercício de profissões relacionadas com a administração e funcionamento de empresas e outras organizações. Tem como perfil de saída, formar profissionais qualificados aptos a desempenharem tarefas contabilísticas e administrativas inerentes ao correto funcionamento das empresas e outras organizações, nomeadamente nos domínios do planeamento, organização, execução e controlo, de acordo com a legislação aplicável.

Todos os anos, é elaborado um questionário online para os alunos do 10ºano com a finalidade de se proceder à caracterização do perfil de entrada.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS DO 10.º ANO E CANDIDATOS AO ENSINO SECUNDÁRIO

A caracterização seguinte tem por base os dados recolhidos entre junho e julho de 2015, durante as entrevistas realizadas aos alunos que fizeram a pré-inscrição para os cursos científicos-tecnológicos do Colégio XXX. Foram considerados válidos apenas os 369 questionários (N=369) preenchidos pelos alunos que ficaram colocados nos cursos.

As questões analisadas foram as seguintes:

- O que o levou a optar por este curso?
- Como teve conhecimento do Colégio e dos cursos?
- O que o levou a optar por um curso científico-tecnológico?
- Pensa prosseguir estudo superior? Qual?

No que concerne à questão “O que o levou a optar por este curso?”, os alunos podiam escolher três opções e colocá-las por ordem de preferência. No entanto, a análise de frequência foi realizada apenas com os dados relativos à primeira opção. Nas questões “Como teve conhecimento do Colégio e dos cursos?” e “O que o levou a optar por este estabelecimento de ensino?”, os alunos podiam escolher até três opções e na “O que o levou a optar por um curso científico-tecnológico?” apenas duas.

De acordo com a amostra (N=369) a distribuição por género corresponde a 220 (59,6%) do sexo masculino e 149 (40,4%) do sexo feminino (cf. quadro e gráfico seguintes).

Quadro 1. Distribuição dos alunos colocados (10.º ano) por género

	Número	de
Género	respondentes	Valor relativo
Masculino	220	59,6%
Privada	149	40,4%

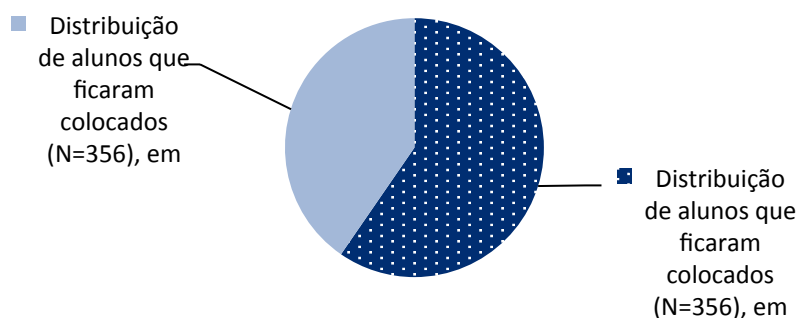


Gráfico 1. Distribuição dos alunos colocados (10.º ano) por género

Distribuição da amostra (N=369), por curso, em função do género.

Quadro 2. Distribuição dos alunos colocados (10.º ano) por género

	Masculino		Feminino	
AGD	18	51,4 %	17	48,6 %
AM	12	40 %	18	60 %
AQB	7	23,3 %	23	76,7%
CGE	17	56,7 %	13	43,3 %
CM	10	34,5 %	19	65,5 %
DPAE	16	59,3 %	11	40,7 %
EIA	24	96 %	1	4 %
ET	23	92 %	2	8 %

ITM	28	93,3 %	2	6,7 %
PCI	19	90,5%	2	9,5%
TDS	17	58,6 %	12	41,4 %
TSA	7	24,1 %	22	75,9%
TSI	22	75,9 %	7	24,1%

Os principais motivos invocados para a escolha pelo curso foram:

- Gosto pela área (33,3%).
- Gosto pelas disciplinas do curso (23,6%).
- Boas saídas profissionais (20,3%).

Quadro 3. O que o levou o aluno a optar pelo curso

	Valor absoluto	Valor relativo
Gosto pelas disciplinas do curso	87	23,6%
Boas saídas profissionais	75	20,3%
Diversidade de saídas profissionais	17	4,6%
Gosto pela área	123	33,3%
Boa preparação para o mercado de trabalho	14	3,8%
Curso único a nível nacional	2	0,5%
Boa preparação para o prosseguimento de Estudos	25	6,8%
Boas informações sobre o curso	7	1,9%
Pela componente prática	11	3%
Outro motivo	9	2,4%

No que concerne à questão “Como teve conhecimento do Colégio e dos cursos?”, os alunos podiam escolher até três opções.

Os principais motivos mencionados foram:

- Familiares, colegas e amigos (83,5%).
- Ex-alunos do colégio (31,7%).
- Internet/site do colégio/ redes sociais (30,9%).
-

Quadro 4. Como o aluno teve conhecimento do Colégio e dos cursos

	Valor absoluto	Valor relativo
Através do SPO da minha escola	75	20,3%
Cartazes afixados na minha escola	6	1,6%
Feiras de orientação	35	9,5%
Familiares, colegas e amigos	308	83,5%
Meus professores	49	13,3%
Exposição do colégio	90	24,4%
Internet/site do colégio/ redes sociais	114	30,9%
Ex-alunos do colégio	117	31,7%
Outros	16	4,3%

Outros motivos:

- Frequentou o 9º ano no Colégio.
- Familiar frequentou o mesmo curso.
- Boas referências sobre a qualidade do ensino.

Na questão “O que o levou a optar por um curso científico-tecnológico?”, os alunos podiam escolher até duas opções.

Os principais motivos referidos para a escolha de um curso Científico-Tecnológico foram:

- Acesso ao mercado de trabalho e ao prosseguimento de estudos (68,3%).
- Boas saídas profissionais (58,5%).

Quadro 5. O que o levou o aluno a optar por um curso Científico-Tecnológico

	Valor absoluto	Valor relativo
Boas saídas profissionais	216	58,5%
Acesso ao mercado de trabalho e ao prosseguimento de estudos	252	68,3%
Componente prática inexistente nos cursos Científicos-Humanísticos	102	27,6%
Fornecem um diploma profissional de nível 4 do QNQ	86	23,3%
Outro	2	0,5%

1.2 CONTABILIDADE E GESTÃO EMPRESARIAL

O desenvolvimento de prática reflexiva que vai ser destacado neste trabalho debruça-se sobre o funcionamento do FCT no curso de Contabilidade e Gestão Empresarial. Vários fatores contribuíram para esta escolha, entre eles, a minha experiência em cargos pedagógicos nos cursos da área de Contabilidade, o que me permite ter uma visão mais ampla de um curso, em todas as suas componentes curriculares (sociocultural, científica e

tecnológica), de onde não se separa a Formação em Contexto de Trabalho. Não foi igualmente alheio à referida escolha o facto do curso de Contabilista ter potencial no mercado atual e futuro de trabalho, já que o trabalho do contabilista é um suporte básico e imprescindível ao funcionamento das empresas. Exige-se a um contabilista, um domínio do funcionamento das empresas, em todas as suas áreas: financeira, administrativa, recursos humanos, comercial, etc. Além dos conhecimentos da área, o mercado exigirá o maior domínio possível do funcionamento de uma empresa, o conhecimento das novas tecnologias aplicadas à atividade contabilística constitui também um requisito com tendência a ser valorizado cada vez mais pelas entidades empregadoras. Esta atualização de conhecimentos requer necessidade de adaptação ao contexto de constante mudança em que as organizações operam. Assim sendo terá de existir a adaptação dos currículos às efetivas necessidades das organizações. O uso de novas pedagogias, novas práticas de ensino, a instauração de estágios curriculares, permite motivar os alunos, para que o seu envolvimento seja total e possam de forma eficaz desenvolver as competências necessárias ao exercício da profissão. Influenciou a opção pelo curso de Contabilidade e Gestão também o facto de em ambas as instituições se tratarem de cursos de dupla certificação, o que vai de encontro quer às necessidades das empresas quer à procura dos alunos por esses cursos. Assim, existe uma grande procura por parte das empresas de alunos que concluem o curso do colégio XXX, o que se reflete na procura crescente de alunos para frequentarem o curso. E por fim, mas com igual peso na decisão, influiu igualmente a antiguidade dos cursos nos dois estabelecimentos de ensino, que vai em ambos os casos para 25 anos. Este fator acaba por conferir amadurecimento ao próprio curso, levando o próprio plano de estudos a ficar cada vez mais adaptado às exigências das profissões, com projetos de empreendedorismo social, simulação de empresas e formação em contexto de trabalho. Este plano associa o “saber fazer” e o “aprender a aprender”, têm como finalidade dar uma

visão prática da atividade profissional, facilitar a transição para o mundo do trabalho e dar uma resposta às necessidades das organizações e como objetivos pedagógicos o reforço das competências e a consolidação das atitudes profissionais, pessoais e éticas. Postos os motivos da escolha pelo curso de Contabilidade e Gestão, cabe agora espaço para a sua caracterização. Assim, o curso está devidamente regulamentado em portaria para o efeito. É um curso de nível secundário com plano de estudos próprios, aprovado por um período de quatro anos. Do artigo nº2 da referida portaria o curso terá:

“As matrizes curriculares referidas no número anterior integram as seguintes componentes de formação: a) A componente de formação geral, que visa contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos; b) A componente de formação científica, que visa proporcionar formação científica consistente no domínio do respetivo curso; c) A componente de formação tecnológica, que visa a aquisição e o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e de capacidades e integra formas específicas de concretização da aprendizagem em contexto de trabalho”.

O plano curricular dos cursos do colégio está distribuído pelos três anos num total de cerca de 3100 horas. Os programas das disciplinas da formação tecnológica são elaborados pelo Colégio XXX e por este propostos à Direção-Geral da Educação para apreciação pedagógica e para homologação. A formação em contexto de trabalho (FCT), de cada curso, integra um conjunto de atividades profissionais desenvolvidas sob coordenação e acompanhamento do estabelecimento de ensino que visam a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades técnicas, relacionais e organizacionais

relevantes para o perfil profissional visado pelo curso frequentado pelo aluno em entidades externas.

O curso de Contabilidade e Gestão Empresarial oferece uma sólida formação geral, científica e tecnológica, de forma a proporcionar ao aluno a possibilidade de criar empresas, classificar documentos, efetuar e conferir contas correntes, preencher documentação variada, conhecer e tratar os impostos do Sistema Fiscal Português e demais operações com a Segurança Social, contabilizar as operações, analisar económica e financeiramente a empresa, processar salários e documentação inerente, fechar o exercício económico, identificar os principais direitos e deveres dos sujeitos do contrato de trabalho. Pelo que ficou especificado é evidente a importância de um profissional que depois de adquiridas todas aquelas competências, está habilitado para desempenhar de uma forma eficaz as funções de auxiliar um Contabilista, Economista, Gestor, Auditor, Consultor, TOC ou ROC. Após conclusão, o curso confere um diploma de conclusão do ensino secundário que proporciona o prosseguimento de estudos na área no ensino superior e ainda o nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) que permite o ingresso do aluno no mercado do trabalho.

1.3 FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO-PLANIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A formação em contexto de trabalho, com a modalidade de estágio, foi introduzida na reforma dos cursos tecnológicos de 2004 como disciplina de componente curricular. No colégio XXX foi introduzida em 2009 com um nome de Projeto Tecnológico e Estágio. A disciplina de Projeto Tecnológico consistia num conjunto de atividades práticas sob coordenação e acompanhamento do(s) professor(es) da disciplina. A planificação desta disciplina decorria com uma carga horária semanal de seis horas, onde os alunos realizavam trabalhos na Escola ou em parceria estabelecida entre o Instituto e uma

empresa/organização e, pode adotar diferentes modalidades, nomeadamente, estágios, experiências de trabalho pontuais; podendo, ainda, assumir a forma de simulação de um conjunto de atividades profissionais relevantes para o perfil de saída do curso a desenvolver em condições similares às do contexto real de trabalho.

Os trabalhos realizados podem ainda desenvolver-se, de forma integrada, em disciplinas de natureza prática ou teórico-prática da componente da formação técnica, tecnológica e prática. Além disso, o estágio permitirá que o aluno tenha uma experiência real de trabalho, convivendo com situações, pessoas, comportamentos, normas e valores característicos da cultura das organizações empresariais. Será baseado nesta experiência profissional que o aluno irá construir a sua perspetiva sobre o mercado de trabalho em que se irá inserir e que o espera num futuro próximo.

As entidades parceiras eram selecionadas de acordo com as condições técnicas e pedagógicas para facultar, com qualidade reconhecida, o desenvolvimento do Projeto Tecnológico à população destinatária (alunos). O trabalho quando desenvolvido em parceria com uma empresa/organização, este deve ser supervisionado pelo(s) professor(es) de Projeto Tecnológico e pelo orientador, em representação do colégio e, pelo orientador nomeado pela entidade parceira, devendo a coordenação global ser assegurada pelo Coordenador de Curso. Para a formalização com a empresa ou organização formalizava-se um protocolo. Outros elementos a considerar na formalização com as empresas/instituições são: o mapa de assiduidade do aluno, que deverá ser preenchido cada vez que o aluno se desloca à empresa/organização; a ata onde descreve as reuniões entre o professor, aluno e representante da empresa e o registo de avaliação intermédia e final dos trabalhos dos alunos em parceria com as empresas.

Com esta reforma permitiu estabelecer-se uma abertura com exterior, permitindo à escola novas práticas formativas, sociais para todos os responsáveis/intervenientes do

projeto tecnológico e estágio. Durante a vigência dessa reforma, assumi a responsabilidade de executar tarefas como Coordenadora de curso e professora da disciplina de projeto tecnológico e estágio. Essas tarefas sempre foram executadas em equipa com os colegas da formação técnica. Contudo verifiquei sempre que os meus colegas da formação geral e científica não valorizavam a existência desta disciplina.

Sendo assim, no curso de contabilidade e gestão empresarial foi planificado que a disciplina tivesse os seguintes trabalhos:

- Estágio de 120 horas numa empresa/instituição A planificação destas atividades é feita pelo responsável da empresa (monitor) em acordo com o Coordenador de curso e professor da disciplina e de acordo com o calendário em que o estágio irá decorrer e tendo em conta as necessidades e oportunidades da empresa. A avaliação do estágio recai no terceiro período com uma percentagem de 30% final da disciplina;
- Criação de uma empresa em ambiente simulado de sala de aula. O aluno, juntamente com um colega, cria uma empresa pelo método tradicional jurídico e estabelece movimentos comerciais e contabilísticos entre as restantes empresas de sala de aula. Estes movimentos eram registados em software informático apropriado;
- Desenvolvimento da prova de aptidão tecnológica (PAT). A PAT é um relatório técnico sobre temas da área da economia, gestão e contabilidade. A prova de aptidão tecnológica é apresentada oralmente pelos alunos em dois períodos letivos perante um júri constituído pelo coordenador de curso, professores da disciplina de Projeto tecnológico e estágio e orientador da PAT. Este último é designado entre o elenco dos docentes das disciplinas da formação técnica.

Como foi referido anteriormente, com a reestruturação dos cursos em 2013, a disciplina de Formação em contexto de trabalho (FCT) passou a integrar o plano de estudos dos cursos científico tecnológicos. A FCT está distribuída pelo 11º ano (70 horas) e

no 12ºano (210 horas). As atividades para a FCT estão orientadas exclusivamente para o exterior em empresas ou instituições que proporcionem a aplicação de uma série de tarefas previstas num plano de estágio. Em cada curso requer que a direção da escola nomeie um professor-orientador de FCT que leccione disciplinas da formação técnica que integra o conjunto de entidades que elaboram a planificação, concretização e avaliação desse estágio.

No ano letivo 2014/2015 foi dinamizado protocolo de FCT com 220 empresas para 324 alunos que iniciaram a primeira fase no 11ºano. No curso de contabilidade e gestão empresarial foi protocolado com vinte e uma empresas para a turma do 11ºano constituída por vinte e oito alunos.

1.3.1 Entidades responsáveis pela FCT-O Coordenador de curso e professor da disciplina de projeto tecnológico e estágio

No colégio a formação em contexto de trabalho está definida na responsabilidade de diversas entidades nomeadamente:

Coordenador de Curso

São responsabilidades do Coordenador de Curso sob orientação da Direção:

- a) Assegurar a realização da formação em contexto de trabalho aos seus alunos;
- b) Estabelecer os critérios de distribuição dos alunos pelos lugares existentes nas diferentes entidades (empresas/organização);
- c) Proceder à distribuição dos alunos, de acordo com os critérios referidos na alínea anterior;
- d) Assegurar a elaboração do protocolo com a entidade;
- e) Assegurar a elaboração do plano de trabalho de FCT;
- f) Assegurar o acompanhamento da execução do plano de trabalho;

- g) Assegurar a avaliação do desempenho dos alunos, em colaboração com a respetiva entidade protocolada;
- h) Prever que, quando as atividades de formação em contexto de trabalho decorrem, os alunos se encontrem a coberto de um seguro que abranja os riscos das deslocações a que estiverem obrigados, bem como as atividades a desenvolver;
- i) Assegurar, em conjunto com a entidade protocolada e o aluno, as condições logísticas necessárias à realização e ao acompanhamento da FCT.

Professor de FCT

São responsabilidades do professor de FCT:

- a) Acompanhar a execução do plano de trabalho e, quando necessário, efetuar deslocações periódicas aos locais de realização da FCT;
- b) Supervisionar e homologar o plano de trabalho definido em conjunto pelo orientador nomeado pela entidade parceira e pelo aluno;
- c) Propor ao conselho de turma, ouvido o representante da entidade parceira e o professor orientador, a classificação do aluno da FCT.
- d) Assegurar ao aluno o necessário acompanhamento técnico e científico ao desenvolvimento do plano de trabalho;

Empresa/Organização

São responsabilidades da entidade parceira:

- a) Designar o orientador por parte da empresa/organização;
- b) Colaborar na elaboração do protocolo e do plano de trabalho;
- c) Colaborar no acompanhamento e na avaliação do desempenho do aluno;

- d) Assegurar o acesso à informação necessária ao desenvolvimento do trabalho;
- e) Atribuir ao aluno tarefas que permitam a execução do plano de trabalho;
- f) Controlar a assiduidade do aluno, sempre que se justifique;

Aluno

São responsabilidades do aluno:

- a) Colaborar na elaboração do plano de trabalho, devendo este ser apresentado por escrito, sendo obrigatória a sua apresentação em ambiente digital;
- b) Conceber, desenvolver e autoavaliar um projeto ou conjunto de projetos integrados na FCT, sob orientação e acompanhamento de um ou mais professores e de um orientador nomeado pela empresa/organização, se for o caso;
- c) Elaborar um relatório no final de cada ano letivo reflita a evolução do trabalho e que compreenda a autoavaliação;
- d) Participar nas reuniões de acompanhamento da FCT, quando convocado;
- e) Cumprir, no que lhe compete, o plano de trabalho;
- f) Respeitar a organização do trabalho na entidade parceira e utilizar com zelo os bens, equipamentos e instalações;
- g) Cumprir as regras de higiene e de segurança no trabalho;
- h) Cumprir os prazos definidos;
- i) Não utilizar, sem prévia autorização, a informação a que tiver acesso durante o Projeto Tecnológico;
- j) Ser assíduo e pontual e estabelecer boas relações de trabalho;

A avaliação final do FCT tem por base o relatório efetuado pelo aluno, o seu percurso ao longo da formação, bem como o projeto ou projetos concretizados sob a forma de produto ou produtos ou noutro formato ao longo do funcionamento da disciplina.

O relatório é elaborado pelo aluno, devendo:

- a) Descrever as atividades desenvolvidas no período de FCT, assim como a avaliação das mesmas face ao definido no plano de trabalho;
- b) Conter os documentos necessários à realização do projeto ou projetos concretizados sob a forma de produto ou produtos ou outro formato ao longo da FCT;
- c) Possuir a análise do percurso pessoal durante a execução do estágio, considerando as dificuldades, os obstáculos e as principais aprendizagens efetuadas;
- d) Conter a autoavaliação.

1.4 O GABINETE DE INSERÇÃO DA VIDA ATIVA. ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS PÓS FORMAÇÃO

É, geralmente, no final do 9^a ano que os jovens têm que fazer uma primeira escolha: escolher um percurso formativo de nível secundário. Se este momento da escolha pode significar, para alguns, uma passagem tranquila, pode ser sentido, por outros, como uma dificuldade que gera insegurança. Não raramente, alunos que frequentam a 10^a ano pretendem reformular a sua opção formativa. Uma outra altura de escolha ocorre na 12^a ano: o prosseguimento de estudos num determinado curso ou formação e/ou o exercício de uma determinada profissão. O GIVA pode aqui assumir um papel fulcral no modo como os jovens encaram a escolha formativa e profissional podendo ser, muitas vezes, o principal promotor da motivação e apoio nas suas escolhas. Trata-se afinal de uma escolha que

reflete não só a possibilidade de realização pessoal, como também a de concretizar um projecto de actuação na sociedade (Soares, 2002)

Considero que perante um percurso de formação escolar e profissional terá de enfrentar, num mundo marcado por rápidas e constantes modificações, o importante desafio de saber e do “agir na procura”. Atualmente, com um mercado de trabalho mais complexo e mais exigente onde surgem novas profissões e, principalmente, novas especializações, ao mesmo tempo que outras vão desaparecendo. Neste contexto, o Gabinete de Inserção na Vida Ativa (GIVA) do colégio XXX promove a partilha de informação e o desenvolvimento de atividades que facilitem as escolhas de formação dos jovens e os sensibiliza, em particular, para as ofertas formativas que permitam a conclusão do ensino secundário e, em simultâneo, a obtenção de uma qualificação profissional.

A informação e orientação escolar e profissional constituem-se, assim, como uma medida facilitadora das escolhas do percurso formativo por parte dos jovens e na preparação da integração no mundo do trabalho. O conhecimento mais aprofundado das profissões, nomeadamente no que respeita a funções, atividades e saberes necessários ao seu desempenho e os percursos formativos que a elas conduzem, bem como o contacto direto com o mundo do trabalho, são estratégias que motivam os jovens para prosseguirem os estudos e para decidirem sobre a sua formação com base numa informação mais ampla.

A escolha de uma profissão, e do percurso escolar e formativo que lhe está subjacente, não é algo que acontece de um momento para o outro. As opções que se tomam ao longo da vida exigem descoberta, conhecimento e reflexão, pois não se escolhe aquilo que se desconhece.

Se, por um lado, as nossas escolhas são influenciadas por um conjunto de fatores externos relacionados com o meio envolvente, com os contextos em que nos movimentamos (família, escola, sociedade) e com a informação que dispomos, por outro,

elas resultam igualmente de fatores internos ligados às nossas características pessoais (físicas, intelectuais, de personalidade). Perante a escolha de um percurso escolar e uma profissão, exige a cada jovem o conhecimento de si próprio, das suas:

- Aptidões e capacidades;
- Interesses e gostos;
- Personalidade;
- Limitações;
- Projeto e estilo de vida que se pretende

e o conhecimento do mundo do trabalho:

- Profissões;
- Exigências da profissão;
- Percursos e meios de formação;
- Condições de trabalho e mercado de trabalho.

Antes de decidir, é indispensável a obtenção de informação fiável e atualizada associada ao conhecimento e reflexão sobre o que se quer, o que se gosta de fazer, o que se aprende com facilidade, o tipo de tarefas que se realiza com entusiasmo. O GIVA do colégio XXX ajuda os jovens a planear o futuro com mais responsabilidade e segurança nas decisões a tomar.

Além da possibilidade de autoinformação disponibilizada pelo GIVA através de:

- Informação mural (consulta de painéis informativos);
- Informação documental (consulta de folhetos, brochuras...);
- Informação audiovisual (internet, vídeos, cd's);
- Informação através de entrevista individual e/ou de grupo,

Também dinamiza um conjunto de atividades de informação e exploração escolar e profissional «planificadas (“Plano de Atividades do GIVA”) e organizadas pela equipa do GIVA em cooperação com outros elementos como os coordenadores de curso.

As atividades que são propostas têm como principais objetivos:

- Promover o acesso e a procura ativa de informação sobre profissões, saídas e atividades profissionais e os respetivos percursos de educação e formação;
- Incentivar à reflexão sobre escolhas a efetuar face às diferentes alternativas escolares, formativas e profissionais;

Existe o reforço de todos os educadores – equipa do GIVA, coordenadores de curso, professores, pais e encarregados de educação, entre outros – em promover, no colégio, de forma integrada e articulada a orientação profissional dos jovens e, correlativamente, o seu desenvolvimento pessoal. Essas atividades de orientação e exploração escolar e profissional são divulgadas na comunidade educativa, sensibilizando educadores e educandos para a sua importância.

A título de exemplo indico algumas das iniciativas do GIVA do colégio: sessões realizadas pelo elemento da equipa do GIVA em horário extra curricular; sessões em horário curricular, por exemplo, na disciplina de Projeto Tecnológico que é dada em simultaneamente com o coordenador de curso; em aulas de disciplinas da componente tecnológica que funcionam em regime de desdobramento, ou, ainda, em projetos de empreendedorismo empresarial promovidos por entidades externas como a ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários).

Estes projetos constituem uma metodologia baseada em estratégias que facilitem a participação ativa e dinâmica dos jovens, envolvendo-os e responsabilizando-os pelas suas escolhas e pela construção de um percurso de forma autónoma será a mais adequada. Destaca-se ainda o trabalho colaborativo com o Coordenador de curso na formação em contexto de trabalho e no acompanhamento pós-formativo dos alunos aquando da conclusão do ensino secundário.

Desde a última reforma curricular dos cursos Científico Tecnológicos do colégio XXX, que é importante auscultar a opinião dos formandos e das entidades acolhedoras dessa formação em contexto de trabalho. Cada coordenador de curso, juntamente com o gabinete de inserção da vida ativa (GIVA) é responsável por essa caracterização e interpretação dos dados. Nesse sentido, como coordenadora da área da contabilidade fui responsável do levantamento e tratamento desses dados, visando a adequação e melhoria das práticas atuais.

Quanto ao último ano letivo, numa primeira fase foi elaborada um questionário às entidades acolhedoras do estágio¹, realizado pelos alunos do 12ºano de escolaridade. Após a conclusão do estágio as entidades acolhedoras responderiam a questões, sendo duas de resposta fechada (preenchido através de uma escala de cinco opções em que **1** é nada relevante e **5** totalmente relevantes e a última de questão aberta sobre aspetos que poderiam ser melhorados na formação. Do questionário consta ainda um campo relacionado com elementos caracterizadores da entidade.

Para a recolha da informação criou-se um ficheiro em Excel com o objetivo de registar as respostas de cada item do questionário de acordo com a escala de prioridades apresentada. Da análise dos resultados obtidos através do questionário, realço os seguintes dados obtidos, constantes de anos anteriores:

¹ Ver anexo 1 –Questionário às entidades acolhedoras

- Das quinze entidades de Estágio que reponderam ao questionário cinco são entidades Públicas e dez Privadas;
- Onze pertencem ao setor dos Serviços, quatro pertencem ao comércio e Industria;
- No que diz respeito à dimensão: oito são pequenas empresas, 2 médias empresas e 5 grandes empresas;
- Pertencem às áreas de atividade: 8 de Contabilidade, 1 Imobiliária, 1 de Seguros, 1 de Hotelaria, 1 de Administração Financeira, 1 de Aprovisionamento, 1 de Industria e 1 de Gestão;

A média dos resultados obtidos às questões foi:

- Adequação da formação tecnológica à atividade profissional desenvolvida, foi de **3,3**;
- Capacidade de integração no trabalho em equipa, registou-se o valor de **4,5**;
- Adaptação a novas situações; obteve-se **4,3**;
- Responsabilidade manifestada pelos alunos, registou o valor de **4,3**.

Quanto à ultima questão, as entidades que responderam realçaram a importância destes estágios, com vista à integração do aluno no mercado de trabalho, mas verifica-se que apesar dos conteúdos programáticos se encontrarem de acordo com a realidade da maioria das pequenas empresas, continua a verificar-se um ligeiro desfasamento face à realidade das médias e grandes empresas.

Numa segunda fase, como já foi referido anteriormente foi aplicado um inquérito aos alunos permitiu complementar um conjunto de informações sobre os intervenientes no processo educativo, tendo como objetivo final traçar o perfil dos alunos do colégio, no que

respeita ao processo ensino-aprendizagem. Cada Coordenador de curso, juntamente com a responsável do GIVA, aplicou um questionário constituído por itens de resposta fechada, semifechada e aberta, abrangendo as instalações, a formação e o papel de cada agente educativo. Com estes resultados, o colégio espera conhecer melhor as opiniões dos alunos relativas ao papel que cada uma destas três áreas desempenha no processo de ensino-aprendizagem. A leitura possível das opiniões e práticas dos nossos alunos, a partir das informações obtidas com o tratamento das respostas e o cruzamento dos dados, permite-nos retirar as seguintes conclusões, no que diz respeito à instituição e ao curso de contabilidade, a saber:

- Os alunos valorizaram a escolha do Colégio XXX pela boa imagem da instituição no exterior e pelas referências de familiares e conhecidos.
- Relativamente à escolha do curso de contabilidade prendeu-se pela excelente preparação técnica e boas saídas a nível profissional e/ou ingresso no ensino superior
- Quanto ao plano de estudos, destacaram como aspetos muito relevantes: a formação prática e o estágio como bastante enriquecedores na aprendizagem. Este foi considerado como fator fundamental para que os alunos se sintam preparados para ingressar no mundo de trabalho ou para o prosseguimento de estudos. Como aspeto negativo destacaram a carga horária excessiva das disciplinas.
- Foi referenciado o excelente clima de diálogo entre alunos e professores, bem como a sua formação, exigência e competência para lecionar.
- A dupla certificação profissional de nível quatro.

Em suma, os alunos optaram pelo curso de acordo com as suas escolhas vocacionais e que ao terminar o ensino básico já tinham uma perspetiva do curso que

queriam e das futuras profissões que pretendiam desempenhar. Salientaram a importância da instituição, dos professores e da boa preparação técnica e profissional. Haverá consciência de que existem muitos aspetos e elementos para análise e que o seu estudo deverá ser aprofundado. É reconhecido a necessidade de investir na melhoria das condições de trabalho e materiais do colégio, mas a promoção do diálogo entre a instituição e entidades empregadoras, deverá ser intensificado, a fim de se contribuir, de uma forma eficaz, para a melhoria dos planos de estudos que são ministrados no colégio.

PARTE III –REFLEXÃO

As décadas de 70 e 80 foram marcadas por uma reforma estruturante no ensino no nosso país, tendo o ensino técnico e profissional passado a ser considerado como um novo rumo, configurando-se como uma alternativa no ensino secundário que, ao longo do tempo, se foi consolidando e apresentando uma multiplicidade da oferta formativa.

Formar segundo um perfil profissional *standard* ou formatar alguém de acordo com uma bagagem de conhecimento, não basta para conseguir um posto de trabalho. A escola não deve ser uma acumulação de conhecimentos, mas a grande aposta no “desenvolvimento de capacidades” (Dewey:1965). Uma formação de qualidade é a que integra “dimensões que os sujeitos podem desenvolver e melhorar como consequência da formação que se lhes oferece”(Zabalza, 2004: 42).

Nos nossos dias, quando se ouve falar de crise económica e no aumento do desemprego, impera a necessidade, cada vez mais premente, de haver maior envolvimento dos representantes do mundo empresarial. A educação e a formação deverão desempenhar um papel mais bem-sucedido na transição para o mercado de trabalho. Esse papel requer o estabelecimento de condições para ser “profissional competente” para mais tarde satisfazer os interesses e as necessidades do mercado de trabalho, nomeadamente nas empresas.

Afigura-se como premente uma clarificação que, assegurando a aquisição de um núcleo comum de saberes e competências por parte dos alunos do ensino secundário, proporcione uma formação específica que facilite a inserção dos alunos no tecido económico local.

Os planos de estudos dos cursos científicos, tecnológicos e profissionais visam uma articulação horizontal e vertical das disciplinas no âmbito de cada curso, realçando as competências técnicas e práticas necessárias à integração no mercado de trabalho. Devem também conceber mecanismos que permitem a articulação com o mundo empresarial,

possibilitando o estabelecimento de parcerias escola-empresa e a realização de estágios nas empresas. Alarcão afirma “acredita-se que os alunos formados por uma escola com estas características estarão mais preparados para demonstrar resiliência e capacidade de superação diante das dificuldades e para viver criticamente o quotidiano. Habitados a refletir terão motivações para continuar a aprender e para investigar” (Alarcão, 2001:12).

A realização de projetos tecnológicos constitui-se como um mecanismo facilitador da ligação entre a escola e empresa.

É fundamental que o trabalho já feito e o que se irá construir nos Sistemas de Educação e Formação proporcionem competências que são valorizadas pelo mercado de trabalho. Essa formação técnica e profissional, sendo sólida, permite que os alunos adquiram autonomia na aplicação dos meios, técnicas e ferramentas em várias situações laborais.

É neste contexto descrito que os estágios curriculares se constituem como a articulação entre a vida académica e a vida profissional.

Os planos de estudos contemplam a realização de estágios ao longo do percurso formativo dos cursos ministrados nas duas escolas objeto deste trabalho, possibilitando que os alunos possam articular práticas com teorias, técnicas e conceitos ministrados em contexto escolar, podendo aplicá-los em ação na formação em contexto de trabalho. Os cursos científico-tecnológicos, ministrados pelo colégio XXX, prosseguem um duplo objetivo: em primeiro, averiguar em que medida as finalidades dos perfis profissionais de curso se ajustam aos respetivos perfis de formação e, em segundo, potencializar a empregabilidade dos cursos.

Refletir sobre a ação, em concreto a formação em contexto de trabalho, permite agir e concretizar melhorias na sua aplicação. Importa refletir sobre o que aconteceu, compreender o que resulta na prospetiva de uma nova atividade.

Perrenoud (2002) referia que a reflexão na ação pode resultar na detecção de questões, problemas que podem ser passíveis de resolução para ações futuras. Emerge na procura de um profissional que quer refletir e observar com maior clareza sobre os acontecimentos ocorridos, assim como determinar soluções para os resolver. Permite caminhar na descoberta da melhoria na nossa prática : *“Um profissional reflexivo não se limita ao que aprendeu no período de formação inicial, nem ao que descobriu nos seus primeiros anos de prática. Ele reexamina constantemente os seus objetivos, os seus procedimentos, as suas evidências e os seus saberes”* (Perrenoud, 2002:44).

Enquanto professora, orientadora e coordenadora de curso tentei assumir uma atitude reflexiva sobre, em concreto, os procedimentos e gestão do FCT. Essas reflexões levaram-me a auscultar todos os intervenientes do processo, na tentativa de procurar soluções para lacunas existentes.

De uma forma geral, os empresários consideram que a experiência de colaboração com escolas, neste caso a EPG e o Colégio XXX, é bastante positiva. Ao longo de quase vinte anos de serviço docente, pude testemunhar essa opinião.

Apesar disso, insiste-se na necessidade de uma preparação mais cuidada dos estágios, como forma de colaboração escola-empresas, com melhor acompanhamento dos formandos.

Assim, é possível elencar inúmeras formas de relacionamento que as escolas deveriam estreitar, nomeadamente:

- Em diversas formas de cooperação entre as instituições, para além dos estágios, visitas de estudo, dinamizando as potencialidades práticas dos cursos;

- Na celebração de protocolos visando aprofundar os projetos educativos das escolas junto das empresas e prestarem assistência prática dos cursos;
- No estabelecimento de mecanismos de auscultação por parte das Escolas às empresas do modo como decorreu a FCT, nomeadamente na EPG, e consequente análise reflexiva;
- Maior rigor na exigência às empresas de um plano de formação individualizado e faseado para os alunos que acolhem;
- Uma definição mais clara dos papéis de cada interveniente (Diretor de Curso, Orientador Educativo, Tutor) na supervisão da formação em contexto de trabalho dos alunos;
- A calendarização da FCT não no final do ciclo de formação, mas num período que anteceda o mesmo, para que os alunos possam verificar aprendizagens práticas em contexto escolar, colmatar dúvidas e falhas e apresentar alternativas mais fundamentadas;
- Possibilitar aos alunos a circulação por diferentes locais de FCT a fim de tornarem a sua visão mais abrangente, quer em relação às suas apetências e vocações, quer em relação às possibilidades de saídas profissionais;
- Maior rigor na exigência do um relatório reflexivo no final da FCT.

Por tudo o que foi exposto, conclui-se que para as escolas é cada vez mais necessário apostar nas capacidades práticas dos alunos, para além do conhecimento teórico, já que essa será a resposta que irá de encontro às necessidades das empresas. Deste modo, o ensino profissional permite formar profissionais que satisfaçam os interesses das

empresas, não lhes vedando a possibilidade de ingressar no ensino superior, se assim o desejarem.

De acordo com o que foi exposto anteriormente, as experiências descritas de formação em contexto de trabalho dos cursos das duas escolas demonstram ainda alguma falta de coordenação entre as empresas e os estabelecimentos de ensino. Será necessário, no domínio da formação em contexto de trabalho, uma reflexão empenhada e rigorosa sobre os modelos, metodologias e avaliação dos cursos e consequente certificação destes por parte da realidade empresarial.

É imperativo clarificar procedimentos e critérios de atuação por parte dos agentes educativos que intervêm no processo de acompanhamento de FCT, reavaliar e clarificar a atuação de agentes educativos, como o coordenador de curso, que deveria ter um papel mais ativo no acompanhamento da FCT. A lacuna existente na definição dos papéis, no acompanhamento e consequente avaliação, prende-se, em minha opinião, com o facto de não existir uma regulamentação clara para a FCT, integrada no regulamento interno do colégio ou ainda não existir uma regulamentação específica de cada curso. Contudo, o facto de não existir pode proporcionar uma maior autonomia aos intervenientes para a definição dos objetivos e metodologias de formação em contexto de trabalho para o curso, nomeadamente o de Contabilidade e seu perfil de saída. Essa autonomia pode ser bandeira na procura de instituições que proporcionem um plano de estágio mais específico de acordo com atividades destas.

Quanto à avaliação da formação em contexto de trabalho, esta pode ser condicionada pela inexperiência de tutores das empresas e coordenadores de curso e/ou orientadores da formação em contexto de trabalho. A falta de clarificação e uniformização

de procedimentos e critérios de avaliação entre cursos e formandos colocados em diferentes empresas/instituições e com diferentes tutores dentro da mesma empresa.

As direções das escolas devem providenciar que os seus supervisores de FCT sejam da área específica de formação dos cursos que supervisionam. Estes deverão colaborar com os tutores da empresa, desenvolvendo estratégias adequadas à formação e perfil de cada aluno, apoiando os formandos durante a sua formação, procurando soluções e caminhos na resolução de problemas que surjam durante a realização da FCT.

A FCT poderá potenciar a reflexão e motivar a análise dos perfis curriculares de cada curso, fazendo-se o levantamento de ideias de melhoria dos conteúdos programáticos e metodologias de formação.

1.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos tempos atuais, o sucesso da formação não repousa numa centralidade pedagógica, visando um modelo de formação estrita em sala de aula. As empresas devem assumir-se como escola de formação permanente. É partindo desta premissa que se poderá induzir as necessárias alterações por forma a adequar e a desenvolver competências mais ajustadas às reais necessidades laborais, potenciando a possibilidade de criação de emprego. A articulação escola/empresa permite a adequação de competências, envolvendo as entidades que têm capacidade e interesse em rentabilizar o seu potencial humano e material para constituírem, em comum, um espaço privilegiado para a formação de jovens, utilizando a tecnologia e adaptando novos processos e formas de organização.

O “aprender fazendo” é essencial para a tomada de decisões, para aprender a executar, mesmo cometendo erros. Os projetos práticos e reais permitem intervir na realidade, estabelecendo pontes entre o conhecimento escolar e a aplicação prática deste. Através do exercício e de uma prática mais reflexiva, num contexto real de trabalho, promovemos a

mobilização de saberes, possibilitando a sua combinação de forma mais eficaz. A formação em contexto de trabalho implica que o aluno contribua para a sua própria formação nesse processo, pois terá de ser capaz de obter, selecionar e analisar a informação relevante para o cumprimento das tarefas; planear o trabalho para atingir os seus objetivos juntamente com o tutor e orientador do trabalho e desenvolver competências de trabalho. A gestão do FCT implica aspetos complexos de articulação a nível de horários, transportes, disponibilidade dos formadores/tutores/monitores, instalações e equipamentos.

A FCT é uma disciplina que faz parte integrante dos cursos de ambas as escolas onde leciono. Esta etapa da formação reveste-se de grande importância porque, para os formandos permite o contacto com as empresas/instituições, em situações reais de trabalho. Surgem desafios e solicitações que os alunos terão de enfrentar e resolver, preparando-os para o ingresso na sua vida profissional. O papel da escola, neste contexto é um alicerce importante na formação dos jovens. Esta terá de corresponder às expectativas dos empregadores, não só no perfil técnico mas também nas competências pessoais como a postura, a motivação e gosto pela área de trabalho. Esta formação deve ter em atenção as mudanças para as necessidades reais e práticas de trabalho. Procurando sempre a qualidade da formação ministrada.

Para as empresas é também um desafio, pois permite constatar e afirmar as competências necessárias para os seus colaboradores e funcionários. Com isto permitirá que a formação existente no país responda às necessidades do mundo do trabalho.

Muito do caminho já foi delineado, quando verificamos as diversas opiniões das instituições acolhedoras do FCT dos cursos profissionais e tecnológicos das escolas onde assumo o papel de coordenadora. No entanto, a falta de clarificação de competências dos intervenientes no processo formativo e de procedimentos de formação, condiciona a ambição e o perfil desejado dessa colaboração entre as escolas e estabelecimentos de

ensino. Surgem exemplos menos positivos de quando a orientação é feita, num posto de trabalho, por pessoas sem formação pedagógica e sem a preparação exigida de acordo com o perfil do curso.

A formação em contexto de trabalho é feita de acordo com a estrutura curricular de cada área técnica, considerando que o aluno deve aprender os conteúdos e experiências de trabalho. Pressupõem-se uma harmonização e articulação com as disciplinas do curso, nomeadamente as da formação técnica.

É neste esforço que tenho desempenhado as minhas funções, constatando um caminho ainda que com dificuldades e longe da perfeição da desejada articulação com o mundo de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, I. (2001). *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- AMARAL, I. (1997). *Imagem de sucesso: guia de protocolo para empresa*. Lisboa/São Paulo: Editorial verbo.
- ANTUNES, F. (1998). *Políticas educativas para Portugal, anos 80-90. O debate acerca do ensino profissional na escola pública*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- AZEVEDO, J. (1988). *Avaliação da experiência pedagógica do ensino técnico profissional*. Porto: Ministério da Educação.
- AZEVEDO, J. (1999). *Sair do impasse. Os ensinos tecnológico e profissional em Portugal*. Porto: Edições ASA.
- AZEVEDO, J. (2012) *Autonomia das escolas e a hipocrisia organizada. Pela definição de um modelo coerente de administração educacional*. Intervenção na Assembleia da República.
- AZEVEDO, J. (2010) Escolas profissionais: uma história de sucesso escrita por todos. *Revista Formar*, nº 72 (JUL/AGO/SET), ano 2010 (págs. 25 – 29) IIEFP - Instituto Emprego e Formação Profissional.
- AZEVEDO, J. (2000) *Ensino Secundário na Europa*. Porto: Edições Asa
- COSTA, Jorge (1996). *Imagens organizacionais da escola*. Porto: Edições Asa
- DRUCKER, Peter (2008) *As cinco questões mais importantes que deve sempre colocar à sua organização*. Lisboa: SmartBook.

- ESTÊVÃO, Carlos (1998) *Redescobrir a escola privada portuguesa como organização*.
Braga: Universidade do Minho.
- ESTÊVÃO, Carlos (2004) *Educação, justiça e democracia*. São Paulo: Cortez Editora.
- FONSECA, A. & AZEVEDO, J. (2007). *Imprevisíveis itinerários de transição Escola-Trabalho. A expressão de uma outra sociedade*. Vila nova de Gaia: Fundação
Manuel Leão
- MARQUES, M. (1990) As escolas profissionais: um modelo de formação. In
Inovação, 3:45-52.
- MARQUES, M. (1991). *Abordagem sistémica das relações entre o sistema educativo e o sistema económico. A participação dos actores: o caso das escolas profissionais*.
Ministério da Educação/GETAP, 650-661.
- NACEM - ORVALHO, Luísa (Coordenadora), Graça, M., Leite, E., Marçal, C., Silva, A. e
Teixeira, A. (1993). *A estrutura modular nas escolas profissionais*. (2ª Edição)
Porto: GETAP.ME.
- ORVALHO, Luísa; ALONSO, L. (2011). A estrutura modular nos cursos profissionais das
escolas secundárias públicas: do modelo curricular às práticas. Uma investigação
colaborativa. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, vol. 10, 77-118.
- PERRENOUD, Philippe (2002). A prática reflexiva no ofício de Professor:
profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora.
- ROLDÃO, M. C. (2008) *Formação de professores baseada na investigação e prática reflexiva*. Conferência *Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da aprendizagem ao longo da vida*. Lisboa: DGRHE. ME.

SANTOS, M.A (1995). Organizaciones que educan. In Gairín, J. (2000), *Cambio de cultura y organizaciones que aprenden* apresentada no III Congreso internacional sobre Dirección de centros educativos: liderazgo y organizaciones que aprenden, Universidad de Deusto, Bilbao.

SANTOS, M.A. (2000). *La escuela que aprende*. Madrid: Morata.

SLOAN, Lee W.(1995) *School-to-careeres system*. editor Naomi Thiers.

SOARES, Dulce Helena Penna (2002)- *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus Editorial.

ZABALZA, Miguel A. (2004). *Diários de Aula. Um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional*. Porto Alegre: Artmed Editora.

LEGISLAÇÃO REFERENCIADA

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. Lei de bases do sistema educativo (versão actualizada)

Consultada em 20/09/2015 em

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1744&tabela=leis

Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro. Consultada em 20/09/2015 em

<http://digestoconvidados.dre.pt/digesto//pdf/LEX/3/22638.PDF>

Decreto Lei nº286/89, de 29 de agosto. Consultada em 23/7/2015 em

<http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/Doc179.pdf>

Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro. Consultada em 20/09/2015 em

http://www.dgidec.min-edu.pt/data/dgidec/legislacao/Cursos_Profissionais/DL_4_98.pdf

Portaria 550-A/2004, de 21 de maio. Consultada em 27/09/2015 em

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Legislacao/port_550-a_2004_21_maio.pdf

Decreto lei n.º75/2008, de 22 de abril. Consultada em 20/09/2015 em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2008/04/07900/0234102356.pdf>

Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro. Consultada em 20/09/2015 em

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/02/03301/0000200009.pdf>

Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de Junho. Consultada em 25/09/2015 em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2014/06/11700/0331103320.pdf>

Decreto-Lei n.º 74/2004, de 20 de Junho. Consultada em 23/09/2015 em:

<http://www.cic.pt/Bloco3/documentos/001-Decreto-lei-74-2004-Revis%C3%A3o%20curricular.pdf>

ANEXOS

Anexo 1 – Inquérito às entidades acolhedoras de estágio

INQUERITO A ENTIDADES DE ESTAGIO

COLÉGIO XXX

O presente questionário destina-se a fazer uma apreciação global dos cursos secundários científico-tecnológicos. Uma vez que se trata de uma das entidades que colabora nestas formações mediante a disponibilização de estágios a um ou mais elementos a frequentar um dos cursos no Colégio XXX, agradecemos a V/a disponibilidade para responder ao questionário que se segue.

1. Caracterização da entidade de estágio

1.1. Entidade	Pública		Privada		
1.2. Setor de actividade	Indústria		Comércio	Serviços	
1.3. Dimensão	Pequena		Média	Grande	

2. Apreciação do(s) estagiário(s) do curso de Administração e Marketing
[assinale a sua opinião na escala de 1- *nada* - a 5 - *totalmente*]

	1	2	3	4	5
2.1. Adequação da formação tecnológica à atividade profissional desenvolvida					
2.2. Capacidade de integração no trabalho em equipa					
2.3. Adaptação a novas situações					
2.4. Responsabilidade manifestada					

2. Explícite as suas ideias ou opiniões sobre aspetos que apreciou anteriormente ou outros que considere relevantes:

Data: ____/____/20____
Pela empresa/Instituição,